

urbos

Temas urbanos • Uma publicação da Associação Viva o Centro • ano XIII • nº 49 • 1º trimestre 2009 • R\$ 6

PREFEITURA
DO MUNICÍPIO
DE SÃO PAULO

Gestão Urbana
**A Prefeitura pode
cuidar de tudo?**

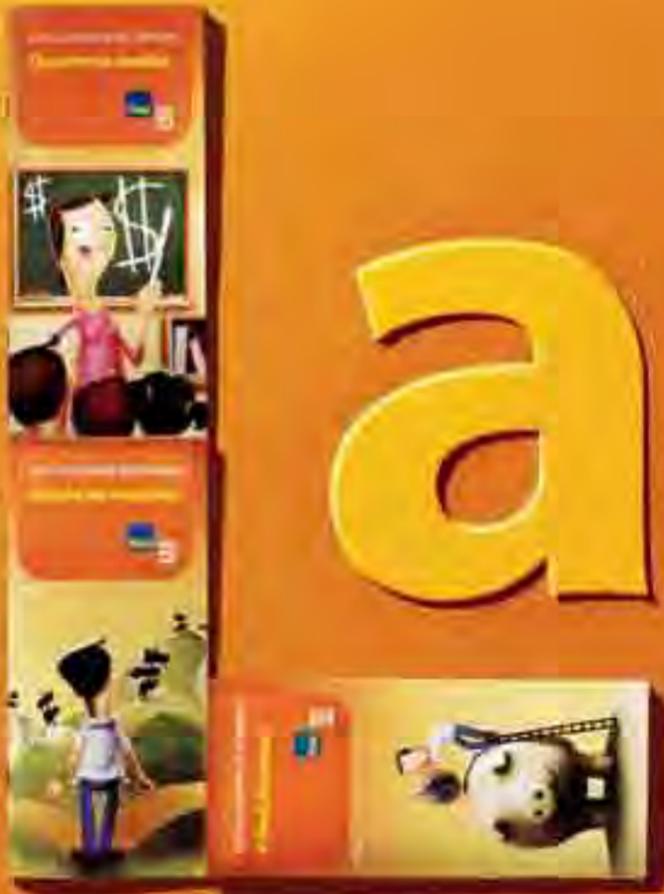


Usar o dinheiro de forma consciente
é ter sempre dinheiro para usar.

Conheça as cartilhas do
Uso Consciente do Dinheiro.



P



lanear

**Passe no Itaú, pegue sua cartilha e descubra como ter
a melhor relação custo-benefício em sua vida financeira.**

Uma das melhores maneiras de você ter uma vida financeira saudável é planejando as suas finanças. Por isso, o Itaú criou as novas cartilhas do Uso Consciente do Dinheiro. São sete cartilhas que vão orientar você a planejar o orçamento familiar, os investimentos, a sair do vermelho, a falar de dinheiro com seus filhos e muito mais. Passe em uma agência do Itaú ou acesse o site www.itaubr.com/usoconsciente

Dinheiro. Use com consciência.



sumário

7 Editorial

Como cuidar de tudo

8 Internacional

A gestão compartilhada

16 Rio de Janeiro

ARE: O BID com sotaque carioca

20 São Paulo

Questão de boa vontade

23 Entrevista I

“O sucesso de um BID está na sua independência”

26 Artigo

Um novo modelo de gestão urbana

32 Grande Angular

A transformação de São Paulo

40 Entrevista II

O velho novo olhar de Wilhelm

46 Patrimônio

Quanto valem as suas memórias?

52 Artigo

O futuro dos museus da cidade: a gestão em rede

58 Resenha

Uma cidade retratada na vida dos anônimos

60 Livros

Urbs é uma publicação trimestral

da Associação Viva o Centro.

Editor: Jorge da Cunha Lima. **Produção**

e edição: LDC Editora e Comunicação Ltda.

Rua das Cinco Pontas, 1023. Cotia - SP.

Tel: 11 4702-8331. **Diretor:** Domingos Crescente.

Edição de texto e reportagem: Adilson Fuzo.

Jornalista responsável: Adilson Fuzo (MTB: 44.698).

Projeto gráfico: LDC Editora e Comunicação Ltda.

Arte: Adriana Carrer e Maria Clara Sato.

Foto da Capa: João Wainer/Folha Imagem.

Colaboradores desta edição: Ana Cristina

Carvalho e Victor Eskinazi.

Impressão: Garilli. **Tiragem:** 12.000 exemplares.

Redação, administração, circulação e assinatura:

Rua Líbero Badaró, 425 – 4º andar. CEP 01009-000

São Paulo – SP, Fone: (11) 3556-8959. **Redação:**

redacao.urbs@vivaocentro.org.br. **Assinaturas:**

www.vivaocentro.org.br/assinaturas.

O conteúdo desta publicação não representa

o posicionamento da Associação Viva o Centro.

Os artigos publicados expressam tão somente a

opinião de seus autores.



Viva o Centro
São Paulo

Patrocinadores desta edição:



Companhia Brasileira de Alumínio

Votorantim



Cuidar, preservar e devolver
o Centro para os cidadãos.
A Nossa Caixa trabalha muito por essa idéia.



Fotos cedidas pela Associação Viva o Centro.

A Nossa Caixa é o banco de São Paulo. Nasceu no Centro da cidade, cresceu, conquistou o interior e, junto, a admiração de todos os paulistas. Mas a sede, vários outros prédios administrativos e operacionais, e centenas de funcionários da Nossa Caixa continuam lá, no coração da cidade. Trabalhando e ajudando a cuidar de uma região de importância histórica para o Estado e todo o País. Viva o Centro.

A Nossa Caixa é membro da Associação Viva o Centro. Conheça mais acessando o site! www.vivaocentro.org.br



Como cuidar de tudo

Cuidar com eficiência e qualidade de áreas centrais, de negócios ou turísticas, sempre foi um desafio em qualquer grande metrópole. Mesmo as cidades mais ricas, dos países mais ricos do mundo enfrentaram o problema de suas prefeituras não darem conta dessa tarefa. No entanto, enquanto as prefeituras das grandes cidades brasileiras continuam a buscar solução para esse problema dentro de suas próprias estruturas administrativas, no exterior soluções inovadoras foram testadas e a que se revelou mais eficiente, e que vem sendo implantada com sucesso mundo afora, foi a dos BIDs (Business Improvement Districts).

Afinal o que fazem os BIDs? Simples: nos moldes de um condomínio, eles provêem de serviços complementares aos prestados pelo poder público as áreas específicas das cidades onde são implantados. Exemplo: o poder público retira de uma área onde existe um BID, 200 toneladas de lixo e o BID local retira aquele lixo residual ou disposto fora de hora, que talvez não chegue a 1 tonelada. Isso porque, assim como o BID não consegue retirar as 200 toneladas retiradas pelo poder público, o poder público também não consegue retirar, com eficiência e presteza, aquela tonelada residual. Isso vale para uma gama de tarefas complementares que fazem a diferença entre um lugar bem cuidado e, conseqüentemente, mais seguro e agradável, e outro local que não disponha desses serviços.

Evidentemente isso tem um custo que deve ser pago pelos beneficiários locais não residenciais, e não por toda a cidade (que já paga e também recebe o básico). E a decisão de ter e, conseqüentemente, pagar por esses serviços, deve

ser tomada, caso a caso, pelos potenciais beneficiários estabelecidos no local.

No entanto, para que entidades semelhantes aos BIDs funcionem plenamente em cidades brasileiras que queiram adotá-las, necessário se faz que as contribuições a serem cobradas dos beneficiários sejam previstas na Constituição Federal. Uma proposta de emenda constitucional (PEC), nesse sentido, originária da Associação Comercial do Rio de Janeiro, está em estudo no Ministério das Cidades, no âmbito do Programas de Reabilitação de Áreas Centrais, da Secretaria Nacional de Programas Urbanos, conduzida pela secretária Maria Teresa Jucá.

A aprovação dessa emenda certamente possibilitará às metrópoles brasileiras atingir um padrão de qualidade de que já desfrutam os moradores e visitantes dos mais importantes centros mundiais como Nova York, Londres e outros.

Os BIDs, pela sua natureza inovadora (em se tratando de Brasil), são profundamente analisados nesta edição de Urbs e inspiram o projeto Aliança pelo Centro Histórico de São Paulo, parceria entre Prefeitura de São Paulo, Governo do Estado de São Paulo e Associação Viva o Centro que, para isso, conta com patrocínio e apoio de diversas empresas e entidades de classe como a BM&FBovespa, Banco Nossa Caixa, Associação Comercial de São Paulo e Associação dos Advogados de São Paulo.

Marco Antonio Ramos de Almeida

Superintendente Geral da Associação Viva o Centro

A gestão compartilhada

Administrar as cidades tem sido um desafio no mundo todo. São Paulo, Nova York, Londres, Paris ou outras grandes cidades globais têm problemas semelhantes, que podem ser enfrentados por meio do aproveitamento de experiências já realizadas

Por Domingos Crescente

Battery Park, em Nova York: exemplo de gestão compartilhada entre poder público e iniciativa privada



*A Lower Manhattan,
vista do Battery Park*



*Times Square: gestão
compartilhada por
meio de Business
Improvement District*

Foto: Countdown Entertainment LLC

Vivemos, no mundo todo, a era das cidades. Em 2010, pela primeira vez na história da humanidade, a maioria da população estará vivendo em cidades. Isso, é claro, torna cada vez mais complexa a gestão dos espaços urbanos, seja em São Paulo, Nova York, Xangai ou qualquer outra grande cidade do mundo. Os problemas que encontramos em São Paulo não são diferentes dos problemas enfrentados, em maior ou menor grau, por outras grandes áreas metropolitanas. Estas dificuldades, porém, são maiores ou menores em função da eficiência com que utilizamos a infraestrutura disponível e em como nos organizamos para mantê-la adequada à demanda ou até mesmo melhorada de acordo com a necessidade e “vocação” de cada pequena área da cidade, como ruas de comércio especializado, entorno de obras públicas de grande impacto, de equipamentos culturais etc.

A questão é como administrar e manter cada um desses microcosmos de necessidades tão diferentes em cidades com 8, 10 ou 12 milhões de habitantes, como São Paulo? É cla-

ro que não existem soluções prontas e padronizadas. Mas muitas cidades têm obtido êxito ao compartilhar a gestão de determinadas áreas por meio dos Business Improvement Districts (BIDs), criados para facilitar a implantação de melhorias e manutenção de pequenas áreas, como uma praça ou uma rua. Já para grandes intervenções destinadas a recuperar áreas degradadas com obras vultosas, algumas cidades desenvolveram mecanismos como a chamada City Authority, nos EUA, ou a ZAC – Zone d’Anemagement Concerte, na França.

Os exemplos de atuação destas duas maneiras de promover uma gestão compartilhada de áreas específicas da cidade são muitos. Foi por meio da formação da City Authority que Nova York ganhou uma das mais belas e economicamente importantes áreas da cidade: o Battery Park, no extremo sul da ilha de Manhattan. É também por meio dos BIDs que cenários conhecidos mundialmente, como a Times Square ou a Madison Avenue, também em Manhattan, atraem visitantes, estimulam as atividades econômicas e oferecem

sistemas de limpeza e segurança para os moradores, além daqueles já fornecidos pelo poder público municipal.

Além do serviço público

O modelo dos BIDs nasceu em Toronto, no Canadá, nos anos 1970, e hoje há mais de mil BIDs nos EUA e Canadá. Já no Reino Unido, a legislação regulamentando o funcionamento dos BIDs só foi promulgada em setembro de 2003, quando 22 projetos-piloto foram aprovados.

A forma de custear as melhorias implantadas pelos BIDs em sua área de atuação variam em cada área ou cidade. Mas, de uma forma geral, pode-se dizer que o custo dos projetos fica sob responsabilidade compartilhada entre a Municipalidade (algumas vezes também o Estado) e os comerciantes locais. A proporção da participação financeira de cada uma das partes no programa de melhoria é negociada e o projeto final aprovado por todos dentro de regras específicas.

Depois disso, o projeto transforma-se em legislação do município. Mas, são os comerciantes e usuários da área que devem se organizar, gerir orçamentos e prestar contas tanto aos componentes do grupo como às autoridades municipais. Como isso significa pagar taxas e ter muito trabalho (um BID tem a mesma estrutura de uma empresa, um plano de metas e objetivos aprovado pelo poder municipal e é comandado por um comitê de gestão) é razoável se perguntar por que existem tantos BIDs. A resposta é simples. Os comerciantes entenderam que, ao oferecer ambientes públicos mais seguros, mais limpos, mais ajardinados e com mais conforto, estão favorecendo o afluxo de pessoas para o local e, conseqüentemente, aumentando as suas vendas.

Para a prefeitura de Nova York, onde existem hoje cerca de 60 BIDs, esta forma de gestão compartilhada é muito importante para o desenvolvimento da cidade. O prefeito conta com o apoio de uma área de incentivo a pequenos negócios e essa área é a responsável por analisar, apoiar e acompanhar a atuação dos BIDs na cidade. Segundo

a prefeitura de Nova York, os BIDs da cidade movimentam anualmente US\$ 80 milhões em serviços e melhorias urbanas na cidade. Desde o início de sua implantação, há mais de 20 anos, os BIDs nova-iorquinos contribuíram com US\$ 830 milhões em serviços suplementares àqueles fornecidos pelo poder público municipal.

A atuação de um BID pode se estender a todos os serviços urbanos, seja implantado serviços que ainda não existem na região ou contribuindo para melhorar serviços que já são fornecidos pelo poder público municipal. E em muitos casos, essa contribuição é bem expressiva.

Na Times Square, 10% de tudo que Nova York produz

Só para citar um exemplo, o BID da Times Square, um dos mais conhecidos cenários de Nova York, chamado Times Square Alliance, divulgou em seu relatório de atividades de 2007, último disponível, que sua equipe de limpeza e varrição de ruas recolheu, naquele ano, mais de 180 mil sacos de lixo da famosa praça e ruas do entorno, além de toda coleta que é feita normalmente pelo poder público municipal. Essa equipe também remove cartazes e pichações de muros, paredes e caixas de correio. Além da limpeza, o BID se preocupa em prevenir que as ruas sejam sujas. Em 2007, Times Square Alliance instalou 850 cinzeiros nas calçadas e conseguiu reduzir em 63% o número de pontas de cigarros jogadas no chão.

Mas contribuição semelhante ocorre também em outros setores, como o de segurança. A Alliance conta com uma equipe própria de “oficiais de segurança”, que não andam armados, mas são treinados para fazer patrulhas a pé pela área todos os dias, incluindo os fins-de-semana. Esses patrulheiros se comunicam com o Departamento de Polícia da cidade por rádio para informar qualquer anormalidade. O trabalho conjunto com o Departamento de Polícia de Nova York inclui também reuniões quinzenais para levantamento de problemas que possibilitem ações de prevenção etc.

Ainda na área de segurança, o BID de Times Square faz pa-



A Avenida Pennsylvania, em Washington, corta o BID Downtown DC

Madison: a avenida do comércio de luxo e das agências de propaganda também tem o seu BID

trulhas periódicas com pessoal treinado e cães farejadores na identificação da presença de bombas na área. Presta também treinamento a seguranças particulares da região sobre procedimentos preventivos em relação a bombas instaladas em veículos. Depois da introdução das patrulhas com cães farejadores, os oficiais de segurança da Alliance, que eram vistos como “os olhos e ouvidos” do Departamento de Polícia de Nova York, passaram a ser vistos também os “narizes” dos policiais nova-iorquinos.

Além dessas atividades, a Alliance promove ou apoia a divulgação ou organização de eventos, como a mundialmente famosa festa de virada do ano e produz um boletim para divulgar às pessoas que moram, trabalham ou têm seus negócios na área de Times Square, qualquer notícia que possa afetá-los. Outro serviço é o cartão de afinidade que garante a moradores, comerciantes ou pessoas que trabalham na área, benefícios como promoções exclusivas, sistema de reserva de ingressos para espetáculos etc.

A área social também merece atenção da Alliance. Ela atua, juntamente com outras associações e órgãos governamentais do projeto Homeless Connect, que visa encaminhar moradores de rua para serviços de assistência social e prestar apoio e aconselhamento.

São ações como estas que fazem a Alliance ser conhecida por 90% das pessoas que moram ou trabalham na área e por 41% do total da população de Nova York, segundo informações do site da associação.

Conforme o presidente do BID da Times Square, Tim Tompkins, declarou ao jornal O Globo recentemente, a área de atuação da Alliance cobre penas 0,1% da área urbana de Nova York, mas contribui com 10% de tudo que a cidade produz. A área, que nos anos 70 e 80, estava dominada pelo tráfico e pela prostituição, hoje oferece 390 mil empregos diretos, recolhe US\$ 1,1 bilhão em impostos municipais e US\$ 1,3 bilhão em impostos estaduais.

A cidade de Nova York como um todo conta com outros BIDs que atuam de maneira semelhante a da Alliance. Essa forma de gestão compartilhada do espaço urbano está pre-

O BID da Times Square também atua no marketing dos eventos, como a festa de virada do ano



Uma empresa de urbanização

Outra forma de compartilhar a gestão urbana é a formação de corporações que se responsabilizam pela revitalização de áreas degradadas, planejando, construindo, coordenando atividades, executando serviços de manutenção e, é claro, cobrando taxas.

O melhor exemplo de atividade bem sucedida desse modelo é o Battery Park, no extremo sul de Manhattan. A área do Battery Park – conhecida em todo mundo como cenário de filmes de sucesso – era degradada e mal aproveitada. A primeira proposta para recuperar a área foi apresentada em 1966 pelo prefeito novaiorquino Nelson Rockefeller. Somente dois anos mais tarde foi constituída a City Authority do Battery Park, que seria responsável pelos projetos de recuperação de toda a área e, posteriormente, por planejar, coordenar e manter uma comunidade com espaços equilibrados para atividades comerciais, residenciais e de lazer. Tudo isso não foi feito da noite para o dia. O projeto foi bastante alterado ao longo dos anos, envolveu a participação de outras 10 agências públicas, mas o resultado parece ter sido altamente compensador para a cidade.

Hoje, a City Authority do Battery Park, cujo nome oficial é The Hugh L. Carey Battery Park City Authority, administra uma área de importância fundamental para Nova York.



Vista aérea do Battery Park ao longo da orla sul de Manhattan



Em amarelo, a área do Battery Park, no extremo sul da ilha de Manhattan

Nos seus 37 hectares, estão escritórios de grandes corporações, edifícios residenciais, escolas, monumentos, museus e os jardins que fazem o paraíso dos ciclistas, patinadores, corredores e turistas. Devido à sua localização, próxima ao centro financeiro da cidade, o Battery Park conta com uma importante infraestrutura de transportes com túneis que passam sob o parque.

Como afirmam, em carta assinada conjuntamente no relatório de atividades da City Authority do Battery Park, o chairman James F. Gill e o presidente James Cavanaugh, arquitetos, colaboradores e membros da comunidade, ao se lançarem no projeto do Battery Park, imaginaram um local em Manhattan onde as pessoas poderiam viver, trabalhar e ter lazer confortavelmente. Para eles, esse objetivo foi alcançado.



A Companhia Brasileira de Alumínio produz pensando no benefício que seu produto levará a cada pessoa. Com a maior fábrica de alumínio integrada do mundo, suas operações são orientadas pela responsabilidade socioambiental. Realiza investimentos contínuos em preservação e educação ambiental e mantém uma das maiores reservas particulares de Mata Atlântica. Desenvolve projetos sociais voltados para educação, cultura e capacitação profissional dos jovens nas comunidades em que está presente.

É assim, com base nos princípios de desenvolvimento sustentável, que a CBA gera riqueza e prepara o futuro.



Companhia Brasileira de Alumínio

Votorantim
Metais

Preservação de 28 mil hectares de Mata Atlântica às margens do Rio Jupiaá (SP)

ARE

O BID com sotaque carioca

Inspirada no modelo bem sucedido do BID americano, a Associação Comercial do Rio de Janeiro está criando a Área de Revitalização Econômica (ARE). O projeto piloto, a ser implantado na Avenida Chile, no Rio, poderá abrir caminho para parcerias semelhantes entre poder público municipal e a iniciativa privada em todo o país

Por Adilson Fuzo

É com certo fascínio (e uma pontinha de inveja) que o poder público e os empresários brasileiros observam o sucesso alcançado no exterior pelo modelo administrativo denominado Business Improvement District (BID). Muita gente já viajou para metrópoles situadas nos EUA, Canadá, França e Reino Unido só para ver de perto os espaços públicos totalmente revitalizados pela iniciativa privada por meio dos BIDs. Ao voltar para o Brasil, é natural que o primeiro impulso seja tentar importar a ideia para repetir a experiência por aqui. Afinal, por que não?

Na verdade, existe um porquê. Parcerias desse nível entre prefeituras e iniciativa privada exigem uma regulamentação específica que, no caso brasileiro, ainda não existe. Com a legislação atual, o máximo que se consegue é a realização de ações pontuais que dependem dos recursos e da boa vontade de algumas empresas, como acontece, por exemplo, em São Paulo na Rua Avanhandava, na Alameda das Flores e nas praças Victor Civita, D. José Gaspar e Ramos de Azevedo.

Mas as limitações da legislação brasileira não esfriaram o ânimo da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ), que resolveu comprar a briga e encomendou um estudo ju-

rídico para viabilizar a ideia por aqui. Desde então, a versão brasileira do BID defendida pela ACRJ passou a ser chamada de Área de Revitalização Econômica (ARE).

Livrando-se dos caronas

O modelo administrativo que a ACRJ idealizou para as AREs no Brasil, é semelhante aos vistos no exterior. Tudo funciona como se fosse um grande condomínio, com os comerciantes pagando uma taxa mensal para garantir o funcionamento dos serviços de caráter público propostos. A ideia é que os recursos sejam arrecadados pela prefeitura e, posteriormente, redirecionados para a administração da ARE, que deverá prestar conta de suas atividades regularmente.

A ACRJ tomou um cuidado especial ao estruturar como funcionará essa arrecadação. “Uma das maiores dificuldades em iniciativas de revitalização urbana é conseguir recursos financeiros para sustentar o projeto ao longo do tempo”, revelou Orlando Lima, diretor da ACRJ e coordenador do projeto da ARE. “Uma das vantagens da ARE é o seu mecanismo de governança que garante recursos suficientes e estáveis num longo prazo”.



Fotos: Divulgação / ACRJ

A Avenida Chile, no Rio de Janeiro, receberá o projeto piloto da ARE no Brasil, com serviços de segurança, limpeza e pequenos reparos

Segundo a ACRJ, essa garantia só é possível desde que todos os proprietários de imóveis não-residenciais da região onde será implantada a ARE participem do rateio de despesas. Para que isso aconteça, a ACRJ propõe que a prefeitura faça a cobrança da taxa mensal referente às atividades da ARE. Aquele que por qualquer motivo deixasse de pagar, ficaria inadimplente e sofreria as mesmas consequências que enfrentaria se tivesse deixado de pagar qualquer outro imposto municipal. “Você nunca tem cem por cento das pessoas pagando alegremente por alguma coisa, mesmo que todos saiam beneficiados. Sempre tem um que não quer pagar”, lamenta Lima.

A regulamentação proposta pela ACRJ prevê que, antes de uma ARE se formar, (veja como isso acontece no quadro ao lado), o poder público consultará os comerciantes da região, que poderão votar contra ou a favor daquele projeto de revitalização. Se a maioria dos proprietários da região não aceitar pagar uma taxa extra pela revitalização, tudo fica como está: serviço nenhum é efetuado e ninguém põe a mão no bolso. No caso contrário, se a maioria aprovar o plano, todos deverão pagar. “O que a lei fará é acabar com o carona, ou seja, aquele que se beneficia e não paga”, esclarece Lima.

Mudança na Constituição Federal

O primeiro obstáculo para que este modelo entre em vigor é, sem dúvida, o mais difícil: a aprovação de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) na Câmara dos Deputa-

dos e no Senado. O motivo é que, segundo a assessoria jurídica da ACRJ, a única maneira de evitar liminares de comerciantes que se recusarem a pagar pelas taxas da ARE, é instituindo esta modalidade como contribuição especial extraorçamentária na própria Constituição Federal.

Apesar de a aprovação de uma PEC ser um dos caminhos mais longos dentro do Legislativo, Lima não perde a esperança de conseguir superar essa etapa ainda em 2009. O que lhe dá motivo para acreditar nisso é o crescente apoio político que a ARE tem conquistado nos últimos tempos. O projeto é visto com muito interesse por prefeitos de todo o país, além de contar com a aprovação do governador Estado do Rio de Janeiro.

Outro apoio de peso vem do Ministério das Cidades, que acompanha o desenvolvimento da ARE de perto e mantém um grupo de trabalho para estudar o projeto. A própria secretária nacional de Programas Urbanos, Teresa Jucá, disse recentemente que pretendia encaminhar o projeto oficialmente à Casa Civil já no início de março. Se a Casa Civil aprovar o projeto, ele seguirá para o Congresso como uma iniciativa do Executivo.

Depois que a etapa da PEC for vencida, faltará a aprovação de uma lei complementar federal e, posteriormente, a regulamentação municipal. Neste caso, cada uma das cidades interessadas em implantar as AREs deverá aprovar suas legislações municipais específicas. No caso do Rio, a ACRJ já está trabalhando para que a Câmara Municipal aprove rapidamente o projeto.

Se tudo der certo, em 2010...

Se tudo correr dentro das otimistas previsões da ACRJ, a Avenida Chile ganhará sua revitalização econômica ainda em 2010. “Pode acreditar que nós estamos mobilizadíssimos para que isso aconteça”. Lima explicou que, por se tratar de um projeto-piloto, os primeiros serviços adotados na ARE da Avenida Chile devem se limitar a medidas simples na área de segurança, limpeza e pequenos reparos.

Esta foi a orientação dada por Paul Levy, que comanda o principal BID da Filadélfia, e uma das maiores autoridades mundiais em projetos de revitalização urbana. Levy foi contratado pela ACRJ como consultor para elaboração do projeto ARE. “Existem BIDs nos EUA que já estão bastante sofisticados, mas o Paul Levy nos aconselhou a começar com o básico, executando serviços de segurança e limpeza. Posteriormente, deveríamos avançar aos poucos para paisagismo e marketing”, relatou Lima.

Como medida de segurança, algumas câmeras devem ser instaladas ao longo da avenida para monitorar a atividade na região. A ARE da Avenida Chile também instalará banhei-

ros públicos e efetuará pequenos reparos, como no caso dos tradicionais pisos em pedra portuguesa das calçadas do Rio de Janeiro, além da limpeza de pichações e cartazes colados nas colunas dos prédios. “É um banho de loja”, resumiu Lima. Na verdade, essa fase inicial é essencial para que o grupo ganhe experiência na administração da ARE, se familiarizando com seus mecanismos.

“Escolhemos esses serviços porque detectamos que esta era a prioridade na Avenida Chile. Em outra região, pode ser que a prioridade seja marketing, por exemplo”, acrescenta Lima ao explicar seus planos para a Avenida Chile. “Isso significa que cada ARE é administrada de maneira diferente, de acordo com as necessidades de cada região.”

De qualquer forma, não adianta sonhar alto com a revitalização da Avenida Chile ou de qualquer outra região enquanto a PEC não for aprovada. O que resta é acompanhar de perto o trabalho dos deputados e senadores durante este ano e torcer para que a ARE saia vitoriosa de sua cruzada no Legislativo. Afinal, como Lima bem resumiu, “se nós conseguirmos passar com a PEC, o país inteiro sairá ganhando.”

Como seria a criação de uma ARE

Resumidamente, de acordo com a proposta da ACRJ, a criação de uma ARE passaria pelas seguintes etapas:

- 1 Um grupo de empresários e comerciantes elabora uma proposta de revitalização para a região onde mantêm seus negócios. Os serviços propostos pelo grupo devem ser complementares aos que a prefeitura já realiza na região.
- 2 O plano de trabalho é elaborado pelo grupo e deve conter um estudo de custos para a prestação destes serviços e um prazo limite para o funcionamento da ARE. (A ACRJ sugere um prazo de quatro anos).
- 3 A prefeitura examina o plano e estuda a sua viabilidade. Posteriormente, ela submete o plano a todos os proprietários de imóveis não-residenciais da região beneficiada pela revitalização. A ARE só será criada se for aprovada, em votação, por mais da metade dos proprietários.
- 4 Se a ARE for aprovada, a prefeitura começa a arrecadação das contribuições. Todos os proprietários de imóveis não-comerciais da região deverão pagar, mesmo aqueles que não concordaram a formação da ARE e foram derrotados na votação da proposta. As taxas cobradas serão proporcionais ao valor venal dos imóveis e sua metragem.
- 5 A prefeitura repassa os recursos arrecadados para a ARE, que deve prestar contas regularmente de suas atividades.
- 6 Ao final do período de contrato, a ARE se encerraria. Caso os empresários queiram continuar com os serviços, um novo plano de atuação deve ser elaborado. Posteriormente, uma nova votação dará aos proprietários da região o direito de aprovar ou não a renovação da ARE.



Rua Avanhandava,
no Centro

Foto: Divulgação

Questão de boa vontade

Em São Paulo, algumas empresas financiam a revitalização de ruas e praças. Porém este tipo de iniciativa ainda é encarada mais como uma ação de "responsabilidade social" do que como uma medida para melhorar os negócios na região

Não se pode dizer que existam, em São Paulo, experiências formais de gestão compartilhada semelhantes aos Business Improvement Districts, nos quais comerciantes de determinadas áreas formam associações oficiais, inclusive com reporte para autoridades municipais, para investir na implantação de melhorias nas proximidades de suas empresas. Mas aqui também a iniciativa privada ajuda a revitalizar áreas urbanas. Muitas vezes, grandes empresas responsabilizam-se sozinhas pela implantação de melhorias em alguma rua ou praça próxima de sua sede. O investimento, nesse caso, nem sempre visa expandir negócios ou atividades, sendo percebido mais

como uma ação de "responsabilidade social" da empresa, uma medida de boa vontade para com a cidade.

Uma rua de restaurantes e artistas

Um exemplo da aliança entre poder público, empresas e comerciantes está na Rua Avanhandava, na região central da cidade. Graças a uma parceria entre os comerciantes locais, tendo à frente o empresário Walter Mancini, a Visanet e a Subprefeitura da Sé, a pequena rua, já famosa pelos seus restaurantes muito frequentados pela classe artística, foi to-

talmente reformada e transformada em um boulevard que todos os meses é visitado por cerca de 50 mil pessoas, das quais 60% são turistas.

Entre as reformas implantadas pela parceria estão o sistema de escoamento de águas pluviais, a troca do piso das calçadas e rua por ladrilhos intervalados em várias cores e um projeto de paisagismo com fontes e pórtico de entrada.

Outro ponto importante é que o projeto de revitalização da rua passou pela Comissão Permanente de Acessibilidade (CPA), órgão ligado à Secretaria Especial da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida, onde recebeu orientação para atender as condições de acessibilidade necessárias às vias públicas, segundo normas brasileiras. Assim, toda a rua, que liga a Martins Fontes e a Martinho Prado, está livre de obstáculos (degraus ou desníveis) e repleto de rampas de acesso, inclusive aos estabelecimentos. O piso utilizado conta com alertas táteis e contraste de cores, auxiliando deficientes visuais.

A Avanhandava, cercada de hotéis e teatros, sempre foi um reduto da classe artística e dos boêmios da cidade. Mas hoje essa característica é muito mais marcante. Junto com a reforma, Walter Mancini – que já mantinha na rua os restaurantes Família Mancini, Walter Mancini Restaurante e Avanhandava 34 – inaugurou três novos estabelecimentos inspirados no caráter da rua: a Calligraphia Galeria de Arte, misto de loja e espaço cultural dedicado

às artes gráficas e sobre papel; Jeremias, O Bar, em homenagem ao personagem de Ziraldo "Jeremias, O Bom", e a lanchonete Central 22, que servirá lanches como o tradicional sanduíche de penil.

O espírito que norteou a reforma da rua fica claro na declaração de Mancini, na época da inauguração. "A Avanhandava é uma amostra do que a iniciativa privada pode e deve fazer pela cidade. Não é mais possível imaginar que o seu negócio é da porta para dentro, ignorando a rua e o entorno", disse.

Praça em terreno degradado

Outro exemplo de participação da iniciativa privada em conjunto com a Prefeitura de São Paulo é a Praça Victor Civita, inaugurada no bairro de Pinheiros, em novembro do ano passado. Instalada no terreno onde funcionava o antigo incinerador de Pinheiros, a praça recupera para a população um espaço que estava degradado por anos de acúmulo de resíduos que eram armazenados e processados no terreno.

O projeto de recuperação teve início em 2001, quando a Prefeitura de São Paulo e o Grupo Abril firmaram um protocolo de intenções para viabilizar a recuperação da área. O projeto foi elaborado pelas arquitetas Anna Dietzsch e Adriana Levisky, que procuraram utilizar, tanto quanto possível, alternativas ecológicas e sustentáveis.

Foto: Rafael Cuseto



Praça Victor Civita:
projeto recupera
uma área degradada

Em apenas dois meses de funcionamento, o local já foi visitado por cerca de 15 mil pessoas. A praça, localizada na Rua Sumidouro, 580, funciona das 6h30 às 19h e oferece área verde com cerca de 80 árvores; oficina de reutilização de materiais; programação com concertos de música popular e erudita, além de espetáculos teatrais; palco com arquibancada para 250 pessoas; equipamentos de ginástica ao ar livre; pista de caminhada e centro de convivência para a terceira-idade.

De acordo com a parceria firmada com a Prefeitura, o Grupo Abril responsabilizou-se pelo projeto, implantação e gestão do novo espaço, que é feita juntamente com o Banco Itaú, a Petrobrás e a Even Construtora.

Flores no lugar da escuridão

A agora chamada Alameda das Flores, que na verdade é o calçadão da Alameda Rio Claro, entre a Avenida Paulista e a Rua São Carlos do Pinhal, na região central da cidade, é um exemplo de local adotado por uma grande empresa. Até 2003, a rua não tinha policiamento, era escura e pouco frequentada.

Por iniciativa de seu presidente, Fabio Barbosa, o Banco Real reformou o local, que ganhou novo calçamento, arbo-

rização, bancos e iluminação adequada. Além disso, foram instaladas uma floricultura e um café, oferecendo aos pedestres um ambiente agradável e confortável. Hoje a rua escura e abandonada se transformou em um ponto de encontro, com atividades culturais para todos os públicos (happy hours, shows de música ao vivo, exposições, cursos e feiras de artesanato, dentre inúmeras outras atividades).

Praça deixa de ser “passagem”

A Praça Dom José Gaspar, localizada ao lado da Biblioteca Mário de Andrade, no Centro, também já passou por um processo de revitalização por meio de uma parceria entre a Maringá Turismo e a Subprefeitura da Sé. Graças ao acordo entre a empresa e a Prefeitura, a praça – onde se encontram esculturas como “Miguel de Cervantes”, de Rafael Galvez, “Goethe”, de Tao Sigulda, “Dante Alighieri” e “Mário de Andrade”, ambas de Bruno Giorgi, e “Camões”, de José Cucê – ganhou canteiros e 20 amplos bancos de madeira e concreto, pontos de água potável e lixeiras padronizadas.

Os engraxates que trabalham no local – uma tradição da praça – também foram beneficiados, recebendo novos uniformes e toldos para as suas cadeiras.



A Alameda das Flores ganhou novo calçamento, arborização e bancos



Praça Dom José Gaspar: revitalização trouxe uso diurno e noturno do local



Paul Levy,
presidente do
BID que cuida
da região central
da Filadélfia

“O sucesso de um BID está na sua independência”

Paul Levy explica o funcionamento dos BIDs e conta como iniciativa privada e poder público saem ganhando durante o processo

Nesta entrevista, o atual presidente de um dos principais BIDs dos EUA, o Philadelphia’s Center City District –, Paul R. Levy, fala sobre a sua experiência nesse tipo de gestão urbana compartilhada entre poder público e setor privado. Além de comandar o BID da região central de Filadélfia, Paul Levy faz parte de várias organizações cívicas da cidade e já foi premiado várias vezes pelos serviços prestados à comunidade.

URBS: Por que os BIDs são considerados instrumentos eficientes para proporcionar qualidade a várias situações urbanas e quais tipos de atividade podem ser eficientemente oferecidas por um BID?

Paul Levy: Há muitas coisas que o governo municipal faz bem, quando se trata da cidade como um todo. Já os BIDs focam melhor a atuação em uma pequena área da cidade, aumentando a qualidade dos serviços e identifi-

cando áreas comerciais e de varejo, para, junto com os proprietários e comerciantes locais, desenvolver os programas de serviços suplementares que aquela área em particular necessita.

URBS: Qual é a principal característica de sucesso de BIDs como o da Filadélfia?

PL: O sucesso dos BIDs está no fato de eles serem organizações independentes, com forte liderança do setor privado, que formam parcerias com o governo municipal em áreas específicas, onde proprietários e comerciantes acreditam que possam trabalhar juntos para aumentar a competitividade do local, oferecendo um lugar mais atrativo para trabalhadores, clientes e visitantes. O sucesso também depende da definição clara de objetivos, como, por exemplo, manter uma área limpa e segura para as pessoas. Os BIDs



Filadélfia é a maior cidade do Estado da Pensilvânia e a sexta mais populosa dos EUA

podem alcançar maior sucesso quando os proprietários e comerciantes definem um número limitado de objetivos que podem ser facilmente alcançados e que sejam altamente visíveis. Estes melhoramentos devem estar sempre focados em ambientes públicos como ruas, parques e praças, tornando-os mais limpos e verdes, instalando sinalização e iluminação, e disponibilizando equipes uniformizadas para fazer a manutenção da área.

URBS: Em geral, quem arca com as despesas dos BIDs? Como se dá o custeio das despesas no BID Filadélfia?

PL: O sucesso de um BID não está baseado em recursos doados voluntariamente. Todos (proprietários ou inquilinos) devem concordar em pagar uma taxa – que depois se torna obrigatória – para a execução dos serviços que eles próprios definiram como importantes. A execução destes serviços é entregue a uma associação que eles criaram e que passam a supervisionar.

URBS: O modelo adotado na Filadélfia pode ser aplicado em outras cidades?

PL: Filadélfia foi um modelo para muitas cidades nos EUA, Europa e na Austrália. Na última primavera, fui convidado a visitar o Brasil pela Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ). Esta associação está desenvolvendo uma versão brasileira de um BID, que recebeu o nome de ARE – Áreas para Revitalização Econômica. A ACRJ vem conduzindo um esforço nacional para aprovar mudanças na legislação capazes de permitir o processo de revitalização em muitas cidades brasileiras.

BID da Filadélfia: modelo para diversas cidades dos EUA, Europa e Austrália

URBS: Quais tipos de problemas ou situações podem impedir as atividades de um BID?

PL: O governo municipal precisa estar confiante de que os líderes empresariais estão preparados para trabalhar em parceria com as autoridades. Os proprietários e comerciantes precisam sentir que os programas e os serviços que o BID irá fornecer atendem às suas necessidades e que serão executados a um custo adequado.

URBS: Como ocorre o processo de nomeação dos administradores de um BID?

PL: Há muitas maneiras de executar o processo de nomeação, como acontece nos BIDs americanos e naqueles que têm sido formados na Inglaterra, Irlanda e Escócia. Mas, de forma geral, a responsabilidade pela nomeação da equipe de administração do BID deve ser dos proprietários, que pagam as taxas e avaliam os serviços prestados.

URBS: A quem essa equipe de administração presta contas? O que acontece quando há recursos públicos envolvidos?

PL: Na maioria dos casos, nos EUA, o governo municipal autoriza a implantação do BID e faz a arrecadação dos recursos provenientes das taxas pagas pelos proprietários. Estes recursos são repassados pelo governo municipal ao BID, que fica responsável pela sua aplicação e gerenciamento. A presença de recursos públicos é muito rara e, quando acontece, é de forma excepcional, auxiliando na fase de formação do BID.

URBS: Um BID pode ser considerado com uma forma de transferir responsabilidades do governo para o setor privado?

PL: Os BIDs suplementam os serviços municipais básicos, mas não os substituem. Os BIDs fornecem um nível de serviço extra e superior àqueles que são geralmente fornecidos pelo poder público.

URBS: Há alguma possibilidade de disputa entre os patrocinadores do BID e os interesses públicos. O BID da Filadélfia já enfrentou esse tipo de conflito?

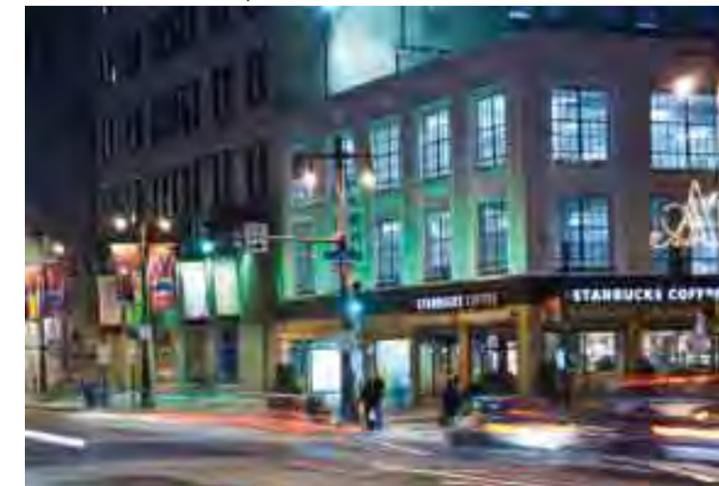
PL: Não há possibilidade de conflito. Os BIDs são aprovados publicamente e controlados pelo setor privado, de forma independente, mas dentro de diretrizes definidas pelo governo.



Luzes instaladas nas fachadas...



dos prédios da Avenue of Arts...



no centro da cidade de Filadélfia

Um novo modelo de gestão urbana

O compartilhamento da gestão urbana entre as autoridades municipais e a iniciativa privada surgiu como forma de requalificar áreas da cidade que sofriam com a crescente suburbanização e é, hoje, muito comum em várias partes do mundo, especialmente nos EUA

*Por Victor Eskinazi**

Os Business Improvement Districts, ou BIDs, têm surgido nas últimas décadas como um mecanismo eficaz de transformação e gestão urbana. Por definição, são áreas geograficamente definidas onde proprietários de estabelecimentos comerciais decidem pagar voluntariamente por serviços de zeladoria urbana complementares àqueles prestados pelo poder público. Estes serviços são geridos por uma organização independente que é mantida e supervisionada pelos proprietários. Após um certo período de desconfiança por parte da sociedade civil, BIDs têm obtido cada vez maior aceitação, fruto de sólidos resultados na melhora da qualidade física do espaço público em que atuam.

Embora atualmente encontrado em vários países, foi nos EUA que esse modelo de gestão compartilhada se popularizou. Sua origem está intimamente ligada a um período de falência dos centros urbanos. Nos EUA, o período posterior à Segunda Guerra Mundial foi marcado por uma acentuada suburbaniza-

ção. Esse êxodo urbano, gerado por uma série de fatores, teve consequências devastadoras para as administrações municipais de grandes cidades. A redução drástica na arrecadação tributária limitou a capacidade dos municípios de manter um serviço de gestão satisfatório. Os centros históricos, pontos tradicionais de comércio, antes abarrotados de clientes, se viram incapazes de competir com o novo modelo de varejo suburbano, os malls (conhecidos no Brasil como shopping centers). Esse processo, hoje já muito estudado, em conjunto com uma crescente complexidade na gestão urbana, se mostrou arrasador. Nova York, por exemplo, chegou a declarar falência e sofrer intervenção estadual. Diante desse panorama nada animador, proprietários de estabelecimentos comerciais nos centros urbanos começaram a se organizar com o intuito de direcionar investimentos públicos em suas áreas.

Esse tipo de estrutura de organização corporativa pode ser considerada como o embrião dos futuros BIDs. Enti-

dades com interesses específicos e atuação pragmática, que agem em colaboração ao poder público para sanar questões de ordem local. O objetivo é simples: melhorar o espaço público dos centros de comércio como forma de atrair compradores e aumentar as vendas. Em tempos de marcado crescimento urbano, esse modelo de gestão compartilhada, entre iniciativa privada e poder público, se mostra extremamente eficiente. Cidades como São Paulo, com uma área urbanizada de cerca de 1.000 km² e 12 milhões de habitantes, não têm como atender, com a agilidade necessária, os problemas que afligem uma esquina específica da cidade. Embora tenha sido um grande passo para a melhoria do serviço prestado à população, a descentralização administrativa, por meio de subprefeituras, ainda não instrumentalizou o poder público para agir em problemas de microescala. É nesse contexto que a complementação de serviços oferecida por BIDs é eficaz.



O Downtown Alliance conta com sofisticado aparato de vigilância...



que apóia as atividades do posto policial da região

A formação de um BID

Os BIDs são formados a partir do interesse mútuo de proprietários de uma microrregião. Para se verificar a viabilidade de se formar um BID, é feito um estudo minucioso da área para se determinar o custo dos serviços complementares a serem prestados. Nesse âmbito, é extremamente importante que a delimitação da área onde o BID irá agir seja proporcional ao nível de investimento que os proprietários locais possam pagar. No caso dos BIDs americanos, como a motivação principal é o aumento de fluxo comercial, imóveis residenciais ficam de fora da cobrança embora tenham também claros benefícios com os serviços prestados.

Feita a estimativa de custo total do BID, é então possível determinar quanto cada proprietário irá pagar pelo serviço. Cada BID tem uma maneira de dividir o custo entre proprietários. Algumas organizações cobram um valor por metro quadrado de propriedade, outras uma porcentagem do valor do imóvel. Este é o caso da Fashion District em Nova York. Localizado numa região conhecida como garment district, lugar predileto dos nova-iorquinos para comprar tecidos, abriga tanto butiques de luxo quanto atacadistas em galpões modestos. A cobrança por metro quadrado não seria justa com proprietários de galpões que têm um valor venal menor que lojas. Afinal, eles não estão localizados nos melhores pontos do bairro e não possuem dependências sofisticadas.

Terminado o estudo de viabilidade, o BID deve passar por

três etapas de aprovação. A primeira é junto ao poder público, que examina a viabilidade da proposta de modo técnico. A segunda, se faz junto a comunidade da região delimitada para a formação do BID. Para tanto, é realizada uma espécie de plebiscito local para determinar se a comunidade aceita os termos da nova entidade, em especial a taxa a ser cobrada por serviços complementares e administração. É necessário mais de 50% dos votos a favor da cobrança para que o BID seja efetivado. Em seguida, o legislativo local analisa todo o processo e dá seu aval. Por fim, cabe ao prefeito sancionar a entidade. Esses procedimentos variam de estado a estado, mas o conceito de escolha democrática é o mesmo em todo os EUA.

Operacionalização de um BID

A estrutura de um BID se assemelha a de uma entidade da sociedade civil. Possui um conselho formado e eleito por proprietários que tem o papel de supervisionar o trabalho da equipe administrativa. O tamanho da equipe é sempre proporcional ao volume de recursos que o BID tem à disposição. O Downtown Alliance de Nova York, por exemplo, possui um corpo técnico e administrativo de mais de quarenta funcionários. Consequentemente, suas ações são mais sofisticadas e são capazes de investir em projetos de desenvolvimento econômico, marketing e eventos de grande porte. É capaz também, de manter convênios com entidades que prestam assistência social a moradores de rua.

Visão de parte da área de atuação do Center City District - Filadélfia





Fotos: Center City Philadelphia

Varrição, escovação e retirada de pichações no Center City District - Filadélfia

Entretanto, não é incomum BIDs mais enxutos, com equipes de duas ou três pessoas e programas mais modestos.

A grande vantagem de um BID é certamente sua flexibilidade na resolução de problemas. Enquanto numa municipalidade os procedimentos de gestão são os mesmos para todas as regiões da cidade, um BID é capaz de implantar programas de zeladoria criados especificamente para sua área. Nesse sentido, cada BID executa seus serviços na forma que for melhor para sua comunidade. O Times Square Alliance, BID que presta serviços em uma das áreas com maior fluxo de pedestres do mundo, vem aprimorando a forma pela qual

auxilia a municipalidade na coleta de lixo. Agentes de limpeza esvaziam constantemente as lixeiras e as entregam a um pequeno caminhão de lixo que leva tudo para um depósito localizado dentro da área do BID. O caminhão público de coleta de lixo, que antes precisava circular as vias engarrafadas de Times Square para coletar dezenas de sacos acumulados na calçada (agravando ainda mais a circulação de pedestres e veículos no local), agora dirige-se apenas ao depósito do BID. Esse tipo de colaboração entre BID e poder público só é possível a partir do conhecimento profundo dos problemas de uma área e especialização. O Center City District, BID localizado no Centro de Filadélfia, é tão eficiente em seu trabalho de limpeza que chegou até a ser contratado pela empresa que administra o transporte público da cidade (SEPTA) para limpar as estações de metrô do Centro.

Cada BID, também, escolhe a melhor maneira de contratar funcionários. Alguns BIDs menores preferem terceirizar os serviços de limpeza, já os maiores preferem contratação direta. Assim conseguem menor substituição de funcionários ou liberdade para incorporar programas sociais à contratação. O Times Square Alliance, por exemplo, mantém um programa de inclusão no mercado de trabalho para ex-presidiários e moradores de rua. Com supervisão de assistentes sociais, oferece uma espécie de “primeiro emprego” onde a pessoa ganha confiança e começa a adquirir referências para futuros empregos.

A grande maioria dos BIDs possuem agentes de supervisão, geralmente vestidos com uniformes coloridos e munidos

de rádio-comunicadores. Cumprem a tarefa de monitorar o trabalho de zeladoria e inibem pequenos delitos. Os agentes andam em rotas pré-determinadas e comunicam a uma central de gerenciamento ocorrências como pichações, lixo etc. BIDs maiores têm em sua equipe especialistas que georreferenciam essas ocorrências para futura análise. Se um trecho de rua, por exemplo, começa apresentar ocorrências repetidas, os agentes tentam buscar a causa das mesmas. Na prática, os agentes agem também como “embaixadores” da área, dando informações a pedestres e turistas. Não portam armas e seus uniformes intencionalmente os diferenciam da polícia.

Acompanhamento

Muitas cidades no mundo possuem departamentos municipais de fomento a BIDs. Geralmente, também prestam assistência a BIDs de pequeno porte e monitoram toda a rede de entidades no município. Em Nova York, há um departamento para fomento de pequenas empresas que é responsável por acompanhar o trabalho dos BIDs, a quem as entidades devem apresentar relatórios detalhados anualmente. A municipalidade também realiza uma auditoria nas contas dos BIDs. Para completar, todo BID precisa passar por um processo de “reautorização” a cada cinco anos, no qual seus participantes contribuintes decidem se seu trabalho deve continuar. O acompanhamento do poder público na gestão dos BIDs é imprescindível para que interesses privados e públicos coexistam harmoniosamente. As cidades com os BIDs mais bem sucedidos mantêm órgãos (em alguns casos não-governamentais) que prestam assessoria a essas entidades, além de organizá-las de modo que, em conjunto, possam ser incorporadas a estratégias municipais de desenvolvimento urbano e econômico.

* **Victor Eskinazi** é arquiteto e urbanista. Foi coordenador técnico da Associação Viva o Centro e atualmente está finalizando um mestrado em planejamento e desenho urbano no Massachusetts Institute of Technology (MIT). Realizou trabalhos na Ásia, Europa, Oriente Médio e EUA. Em 2008, prestou consultoria junto ao MIT para a prefeitura de Filadélfia, onde analisou formas de estruturar os BIDs da cidade em rede.



A Times Square e o veículo de coleta da Alliance



Foto: Victor Eskinazi



Foto: Victor Eskinazi

O Fashion District, em Nova York, também tem o seu BID

A transformação de São Paulo



Nos primeiros anos do século passado, São Paulo vivia uma transformação. Os automóveis substituíam os tálburis, os lâmpões de gás eram trocados por iluminação elétrica e as construções coloniais davam espaço ao estilo neoclássico.

Toda essa transformação foi captada pelas lentes do italiano Aurélio Becherini, considerado um dos precursores do fotojornalismo no Brasil. Aqui, reproduzimos seis imagens de Becherini que fazem parte de um livro que está sendo lançado pela Cosac Nafy com apoio da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo.

A Rua General Carneiro, Centro, em 1907



A Rua São Bento, esquina com a rua Direita, Centro, em 1912

Fotos: Coleção san / dph / smc / pmsp

O viaduto do Chá, Centro, entre os anos de 1916-17, e seu entorno, que passou por obras de demolição do casario para ajardinamento do Vale do Anhagabaú



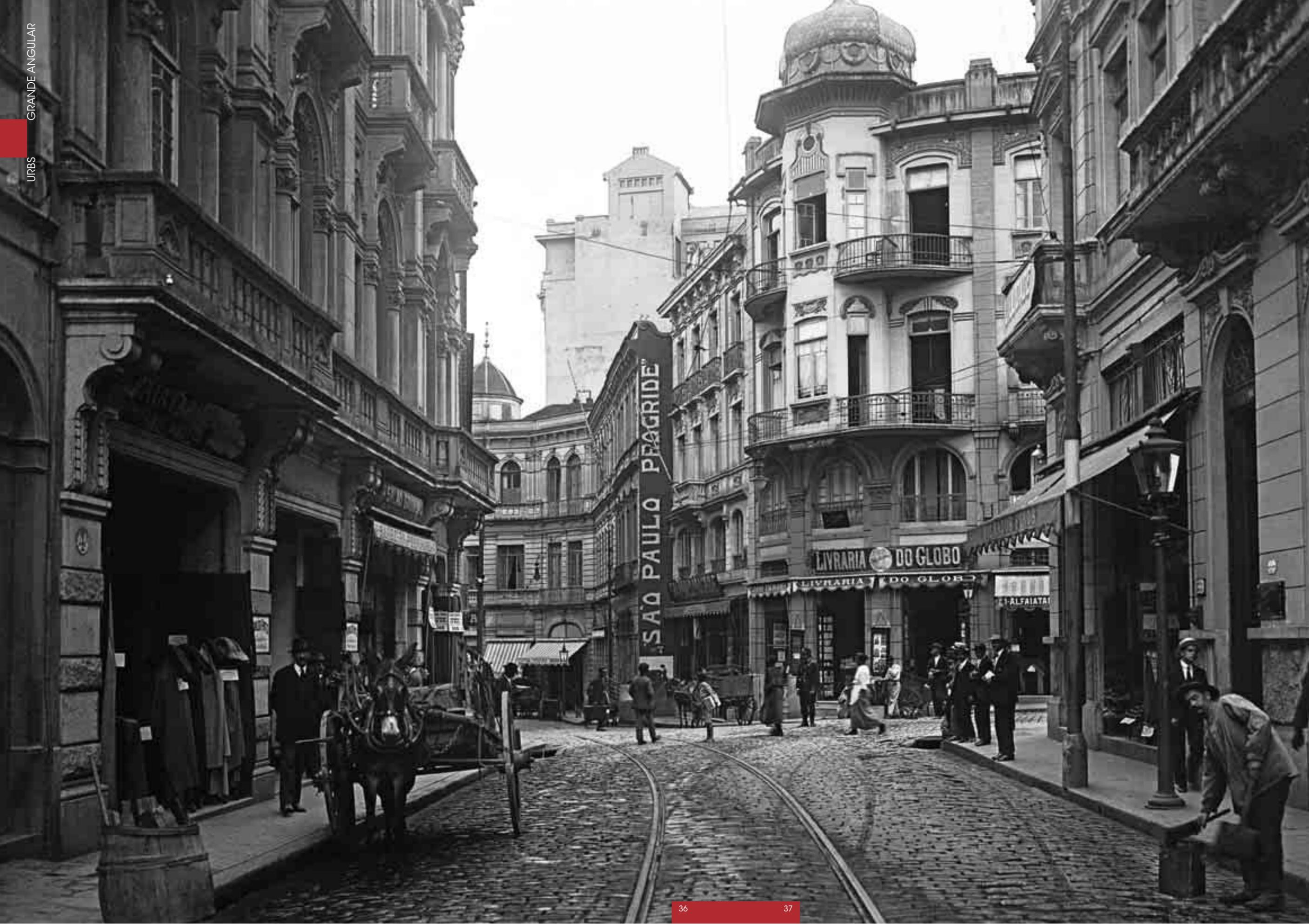


Foto: Coleção san / dph / smc / pmisp

A rua José Bonifácio, Centro, em 1916



A rua João Brícola, Centro, que na época da imagem (entre 1915-20) concentrava os principais jornais da cidade: o Correio Paulistano, O Estado de S. Paulo e A Fanfulla, voltado para a comunidade italiana.



O viaduto do Chá, Centro, em imagem captada entre 1911-12. Em primeiro plano, à direita, a casa do Barão de Tatuí, desapropriada e demolida para o alargamento da rua por volta de 1913. À esquerda, ao fundo, o Teatro São José e o vale, ainda com as casas.



“As pessoas circulam passando de dentro de um muro para dentro de outro. Nos instalamos debaixo da bandeira da paranoia. Isso não é qualidade de vida. É atraso de vida.”

O velho novo olhar de Wilhelm

Sua visão administrativa e experiência no planejamento urbano o tornaram reconhecido internacionalmente. Porém, aos 81 anos, Jorge Wilhelm continua enxergando a cidade com os olhos de um menino que quer romper com o antigo para abrir caminho para o novo

Jorge Wilhelm é um veterano de guerra que aparentemente aos 81 anos está longe de se reformar. Com uma dezena de livros escritos e mais duas dezenas de projetos de Plano Diretor na bagagem, ele é o urbanista responsável por planejar boa parte das mais importantes cidades brasileiras. É dele a autoria do Plano Diretor que vigora hoje em São Paulo. Wilhelm já foi convidado pela ONU em 1996 para organizar a conferência internacional Habitat II, em Nairóbi, no Quênia. Antes de trabalhar ao lado de Marta Suplicy como Secretário Municipal de Planejamento (2001-2004), ocupou diversos outros cargos públicos, trabalhando como Secretário do Planejamento de Paulo Egydio no Governo do Estado de São Paulo (1975-1979) e Mário Covas na Prefeitura (1983-1986). Italiano de nascimento e paulistano de coração, Wilhelm expõe nesta entrevista o seu modo ímpar de analisar os espaços urbanos, compartilhando com os leitores parte de sua experiência e visão sempre inovadora.

URBS: Quais são, em sua opinião, as melhores opções para revitalizar a região central da cidade?

Wilhelm: Eu acredito que o Centro já começou a ser revitalizado. A Marta (Marta Suplicy, prefeita de São Paulo entre 2001 e 2004) teve uma iniciativa excelente ao levar todas as Secretarias Municipais para o Centro, assim como depois fez o Governo do Estado. Isso trouxe uma população nova para trabalhar na região, o que acabou repercutindo

até no cardápio dos restaurantes. Na ocasião, nós trabalhamos também para levar algumas universidades para lá. Além disso, hoje o Centro está bem cuidado, pelo esforço do Andrea Matarazzo – com quem tenho minhas diferenças de opiniões, mas sempre reconheci que é muito dedicado ao Centro. O problema que o Centro enfrenta hoje é de falta de moradias. Dia desses, eu vi no jornal uma perspectiva eletrônica de como o bairro da Luz vai ficar. É enrolação! Vai ficar exatamente igual, mas botaram as ruas limpas, tiraram os automóveis e colocaram todas as vitrines das lojas iluminadas. De dia, isso já é assim. Mas experimente passar por lá à noite. É terrível, porque é deserto. Por problemas de segurança, as lojas todas colocam portas de aço sobre as vitrines, e aquilo se transforma num corredor cinza escuro. O mesmo acontece na Santa Efigênia, que é cheia de vitalidade durante o dia e deserta à noite. O problema do Centro está muito ligado aos movimentos de moradia. É preciso ter mistura de atividades de forma que a cidade seja usada dia e noite. É um equipamento que tem que funcionar durante 24 horas. Essa é a meta.

URBS: O senhor foi um dos autores do plano de governo na candidatura de Marta Suplicy, derrotada na última elei-



ção municipal. Uma das propostas do senhor era a criação de uma sala de situação. Como funcionaria?

Wilheim: Uma das coisas mais importantes numa gestão urbana é entender que informação e comunicação são coisas distintas. A informação é um direito do cidadão, de maneira que qualquer gestão municipal tem obrigação de dar transparência àquilo que faz. A comunicação, por sua vez, é diferente porque ela opera em dois sentidos: de cima para baixo e de baixo para cima. O que isso quer dizer? Se você não tem um diálogo com a população, você demora muito para perceber que errou e muito mais para corrigir. Enquanto que, quando você tem a comunicação mais fluida, a gestão se torna mais dinâmica e eficaz. A partir dessa noção, minha proposta era a criação de uma sala de situação no gabinete da prefeita. Eu já havia montado uma no meu primeiro cargo público, em 1975, quando eu era Secretário de Planejamento do Estado de São Paulo, no governo de Paulo Egydio. Naquela ocasião, havia uma sala no Palácio dos Bandeirantes que mostrava graficamente toda situação de todas as obras e de tudo aquilo que estava sendo feito. Tinha também um grande mapa magnetizado do Estado, onde diversos círculos marcavam as obras herdadas da gestão anterior e também as obras novas, divididas pelas áreas de educação, saúde, transporte etc. Isso permitia ter aquela visão de conjunto que é sempre difícil para o governante, evidenciando, por exemplo, municípios muito carentes, onde não havia nada, ou municípios com grande concentração de obras. Veja, estávamos em 1975. Não podíamos contar com internet e uma série de recursos que temos hoje. É claro uma sala de situação hoje contaria com um instrumental muito mais sofisticado. Recentemente, durante a posse do Barack Obama, fiquei sabendo que a Casa Branca também tem uma sala de situação.

URBS: O senhor criticou as construtoras que cercam uma determinada região e criam ali um ambiente público artificial, com praças, espaço para as crianças brincarem, ar puro, segurança... É óbvio que tudo isso tem um custo elevado e apenas uma determinada classe social tem acesso a esse estilo de vida. Em cidades tão grandes, concentradas e complexas como a que vivemos é possível proporcionar qualidade de vida também para quem está do lado de fora dos muros?

Wilheim: É claro que é possível. Mas, em primeiro lugar, é preciso lembrar que o que se tem nesses condomínios fechados não é qualidade de vida. Eles nasceram com o problema da segurança. O muro é vendido como um artifício positivo, mas nós já vimos que isso não é verdade, porque os assaltos são feitos nos condomínios nos quais o muro serve de proteção ao assaltante. Além disso, o muro cria um artificialismo total. De repente, você não vive mais na cidade. As pessoas circulam passando de dentro de um muro para dentro de outro, onde você trabalha ou estuda. No caminho, passam por áreas que são território abandonado, perigoso, inimigo. Nos instalamos debaixo da bandeira da paranoia. É a destruição das vantagens de se viver numa cidade. O que se fazia nas cidades da Idade Média era melhor do que fazemos hoje nos condomínios, porque naquela época se colocava dentro das muralhas o povo todo, para se defender dos bandidos que estavam fora da cidade. Aqui, não. Dentro da muralha, nós temos somente os segregados e não a sociedade. Eu acho que isso não é qualidade de vida. Isso é atraso de vida. Seja como for, eu acho que esse estilo de vida não será levado ao limite, porque a vida é mais forte que isso e a cidade maior está fora dos muros. Se bem que é verdade que boa parte dessa cidade está nas favelas...

URBS: Mas não dá para negar que existe uma tendência de crescimento desse modelo, porque é um estilo de vida que a classe média ambiciona...

Wilheim: Acontece que a solução está na segurança do cidadão, na segurança de todos. A solução está nos programas sociais, na diminuição da desigualdade e nos sistemas públicos de segurança – e isso vai até a polícia comunitária. Nós temos exemplos ótimos de queda de violência, como aconteceu no Jardim Ângela.

URBS: Então o senhor acha que essa expansão desenfreada dos condomínios é reversível?

Wilheim: Não só é reversível como também acho que um dia vamos derrubar os muros, porque não serão mais necessários. É uma solução muito cara, porque as despesas de condomínio são muito mais altas do que o valor locativo. O sistema implica uma privatização de coisas que deveriam ser públicas, como é a segurança, um lugar para se estacionar ou se plantar um jardim – que na verdade deveria ser uma praça. Enfim, essa tendência ainda vai perdurar por algum tempo, porque as coisas não acontecem de uma hora para outra, mas ela não tem futuro. Enquanto esse fenômeno continuar, no entanto, ele poderá destruir bairros, poderá destruir cidades.

URBS: E como uma grande cidade moderna deve ser?

Wilheim: Um tempo atrás, eu tinha um projeto chamado “Uma árvore, quatro vilas”, ou seja, se você planta uma árvore num cruzamento, você impede o trânsito e você cria quatro ruas-sem-saída. Nos lugares onde for possível fazer isso, seria muito interessante, porque cria um ambiente totalmente diferente, com mais qualidade de vida. A calçada deve ser um lugar de socialização para as pessoas. Outro fator que faz muita diferença é trabalhar perto de casa sempre que possível. Você vai e volta a pé, sem usar nenhum meio de transporte e ainda pode almoçar em casa. O zoneamento nos bairros também tem que permitir múltiplos usos, como acontece nesse Plano Diretor, para oferecer tudo o que as pessoas precisam para viver perto de suas casas, como padarias, restaurantes, jornaleiros, livrarias etc. Pequenas praças também melhoram a qualidade de vida. Não precisa ser um Parque do Ibirapuera. Uma pequena praça, bem cuidada, já traz um benefício enorme. Infelizmente, muitas dessas ofertas de qualidade de vida hoje se encontram dentro dos shoppings. Nós vivemos numa sociedade de consumo, e o palácio do consumo é o shopping. Mesmo que você vá para lá e não compre nada, você se excita vendo as vitrines. Mas enfim, é um equipamento bom. Eu ainda prefiro o comércio de rua, onde você vê a luz do dia.

URBS: Um dos destaques de sua carreira foi a participação na elaboração do Plano Diretor de Curitiba, em 1964 e 1965. Como é que o senhor avalia a cidade hoje, passados quase 45 anos, já que podemos dizer que a Curitiba de 2009 é fruto do que foi planejado naquela época.

Wilheim: Curitiba se metropolitanizou. Obviamente, é uma cidade diferente de 1964. Hoje são quase 2 milhões de pessoas. A situação é outra, as demandas são outras...

e o Plano também deveria ser outro. Eu entendo que, para o IPPUC (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba) seja muito penoso ter que enfrentar modificações mais radicais. Mas é preciso compreender que o Plano de 65 é o Plano de 65. E qual é o Plano de 2009? Foram feitas correções, eu sei, mas é preciso ter a coragem de dizer: “vamos inovar”. Não se pode ter medo de lançar um novo olhar sobre essa Curitiba de 2009. Eu percebo que eles vivem da glória do Plano de 65 e das inovações que o Jaime Lerner fez. É uma boa cidade, que continua tendo qualidade. Está sendo bem administrada pelo atual prefeito. O que falta, do ponto de vista de planejamento, é um novo olhar.

URBS: O senhor ficou satisfeito com o Plano Diretor de São Paulo que ajudou a elaborar? E com a proposta de revisão que está em andamento?



Foto: Daniel Crescente

“A Curitiba de 2009 é uma cidade diferente de 1964. A situação é outra, as demandas são outras... e o Plano Diretor também deveria ser outro.”

Wilheim: O atual Plano Diretor traz avanços conceituais e práticos enormes. Conceituais no sentido que a estrutura do Plano Diretor cria ações estratégicas e medidas de longo prazo, separadamente, e permite que as ações estratégicas sejam revistas de quatro em quatro anos, mas as diretrizes gerais devem ter um fôlego maior. A revisão está eliminando todas as diretrizes de longo prazo para educação, saúde, assistência social, habitação etc. Todos esses artigos não existem mais. Então, não há mais um planejamento de longo prazo para nada que não seja a parte física da cidade, como sistema viário e o uso do solo. Isso é um retrocesso no campo do planejamento, porque a gente sabe que a cidade é uma coisa única. Existem outras alterações, como a flexibilização do uso das ZEIS (Zona Especial de Interesse Social). Na prática isso serve para mandar as habitações populares para mais longe.

URBS: Mudanças drásticas no rumo da administração da cidade não acontecem toda vez que muda o partido que está no poder?

Wilheim: Essa visão mesquinha da política não é cobrada pela mídia – e veja bem que eu estou falando para a mídia! Nenhuma das Operações Urbanas projetadas que eu deixei em 2004 foram levadas adiante. Não há nenhuma justificativa para isso. A Emurb (Empresa Municipal de Urbanização) nunca explicou porque não implantou a Operação Urbana ao longo da Linha 4 do Metrô, ou em torno da Ceagesp, ou entre a Vila Maria e o Campo de Marte. É uma omissão injustificada tão grande quanto ao que está sendo feito com o Bairro Novo da Barra Funda. Isso é extremamente nocivo para a cidade.

Foto: Daniel Crescente



Patrocínio



Calçadão Paulistano: foco na gestão

É emblemático verificar a atualidade e premência, ainda hoje, das recomendações feitas pelo grupo de trabalho de Gestão e Uso do Espaço Público há 10 anos, durante o seminário realizado pela Viva o Centro e a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Belas Artes, e que originou o livro Calçadão em Questão - 20 Anos de Experiência do Calçadão Paulistano, editado pelo Belas Artes.

Na primeira delas, o grupo que contou com a participação de pesquisadores e de representantes do poder público municipal foi enfático: “Um modelo de gestão do espaço público e dos calçadões deve estar inserido em um novo modelo de gestão da área central que envolva a participação do poder público, iniciativa privada e sociedade civil”. A segunda sugeria que a tarefa fosse entregue a um órgão gestor do Centro, um gerente ou um grupo executivo, com as seguintes diretrizes: a gerência deveria ser participativa, ter caráter deliberativo e executivo, além de composição que garantisse sua continuidade administrativa.

Principalmente, o modelo deveria assegurar um mecanismo permanente de participação da sociedade no planejamento, fiscalização e execução das ações, assim como na captação de recursos que as viabilizassem. Para isso, seriam criados cadastros unificados da infra-estrutura urbana e da dinâmica do uso e ocupação do solo, com os quais se faria o monitoramento permanente e a fiscalização centralizada das diferentes questões relativas ao calçadão.

O grupo de trabalho também recomendava a divulgação ampla e constante das ações para informar a maior parcela possível de interessados, de modo a envolver, por meio de políticas de city marketing, cada vez mais cidadãos no processo. Meta: propiciar um salto de qualidade para quem mora, trabalha, faz compras ou passeia no Centro.

Felizmente, essas recomendações não se perderam. Estão contidas no programa da Aliança pelo Centro Histórico que a Viva o Centro, Prefeitura e Governo do Estado desenvolvem, tendo a Associação como patrocinadores a BM&FBovespa, o Banco Nossa Caixa (que já cedeu espaço para a base operacional na Rua da Quitanda), a Associação Comercial de São Paulo e a Associação dos Advogados de São Paulo. A perspectiva é de que o novo modelo de gestão (leia no site www.vivaocentro.org.br) comece pelo Triângulo Histórico, área delimitada pela Praça da Sé e largos São Bento e São Francisco, expandindo-se depois para todo o Centro.

O conteúdo editorial desta coluna é de responsabilidade da Associação Viva o Centro.

sua história passa por aqui

processo seletivo
2009

graduação

Arquitetura e Urbanismo	Formação de Professores
Artes Visuais	Publicidade e Propaganda
Design de Interiores	Rádio e TV
Design de Moda	Relações Internacionais
Design de Produto	Relações Públicas
Design Gráfico	

extensão

pós-graduação



Bibliotecas
Certificadas
ISO 9001:2000
desde dez. 2004



Centro Universitário
Belas Artes de São Paulo
R. Dr. Álvaro Alvim, 76
Vila Mariana - São Paulo - SP



0800 772 5010
www.belasartes.br



Quanto valem as suas memórias?

A administração do patrimônio histórico e cultural da cidade envolve um trabalho amplo e complexo, que lida com os interesses de milhares de pessoas.

Assim, a preservação da memória paulistana não depende apenas das polêmicas decisões de tombamento, mas do uso que se dará aos imóveis protegidos

Por Adilson Fuzo



Solar da Marquesa de Santos

Foto: Márcia Alves

Você provavelmente guarda as fotos do seu casamento em algum canto de sua casa ou de seu computador. Neste mesmo local, outras fotos de momentos e pessoas importantes de sua vida devem estar guardadas, como seus pais, seus avós, seus amigos da adolescência, seus filhos. Se você for do tipo mais saudosos, talvez guarde também os livros que fizeram a sua cabeça, um presente que você recebeu há muito tempo, um brinquedo de sua infância ou outro objeto com uma história especial.

Imagens, lugares, pessoas, objetos, lembranças, histórias... Reconstruir a nossa trajetória é um importante exercício que nos ajuda a entender quem somos nós, como e

porque chegamos aqui. Esta lógica também se aplica às cidades, ou melhor, aos cidadãos. Numa São Paulo que já caminha para o quinto centenário existem centenas de milhares de migalhas de sua história espalhadas pelos bairros da metrópole.

Preservar estas peças para que não se percam ou se deteriorem é o papel do Departamento de Patrimônio Histórico (DPH) da Secretaria da Cultura. Cabe a ele não só preservar estes fragmentos da história paulista, como também dar sentido a esse conjunto de peças através de exposições, para que o cidadão possa compreender um pouco mais sobre si mesmo.

Onze casas, um museu

Basicamente, o DPH opera em três frentes de trabalho distintas. A primeira divisão técnica é a do Arquivo Histórico Municipal, que cuida da documentação histórica produzida pela Câmara dos Vereadores e pela prefeitura desde o século 16, com a fundação da cidade. “São milhões de documentos. A maior parte do acervo é formada por documentação fundamentalmente pública, mas também cuida de alguns acervos particulares. Além dos documentos manuscritos, datilografados e impressos, existem também fotografias e cartografia antiga”, relata Walter Pires, diretor do DPH. Esta divisão também cuida da Revista do Arquivo Histórico Municipal.

Existe também a Divisão de Iconografia e Museus, que administra a programação do Museu da Cidade de São Paulo. Se você está tentando se lembrar onde fica este Museu e não se lembra, não se preocupe. Na verdade, o Museu da Cidade de São Paulo é uma rede de museus que hoje é composta por onze espaços diferentes (e que brevemente será ampliado para treze espaços). A sede fica no conjunto formado pelo Solar da Marquesa de Santos, Casa da Imagem e Beco do Pinto.

Estes espaços são casas históricas da cidade onde diferentes exposições são realizadas, como o Sítio Morrinhos, no bairro do Jardim São Bento, por exemplo, que inaugurou recente-



Exposição sobre a abolição da escravidão no Sítio da Ressaca



Exposição arqueológica no Sítio Morrinhos



Monumento aos oitenta anos da imigração japonesa



Monumento à Independência

mente uma exposição arqueológica com materiais escavados em diferentes regiões da cidade. Outro espaço, o Sítio da Ressaca, no Jabaquara, traz uma exposição sobre Antonio Bento de Souza e Castro, um importante abolicionista de São Paulo no século 19. Outra exposição que se destaca é a que acontece literalmente dentro do Monumento à Independência. Há alguns anos, o DPH escavou o monumento e construiu um museu sobre a independência do Brasil ali mesmo.

As demais casas históricas que formam o museu da cidade são a Casa do Grito, no bairro Ipiranga, a Capela do Morumbi, no próprio bairro, a Casa do Sertanista, no Caxingui, a Casa do Bandeirante, no Butantã, e a Casa do Tatuapé, no próprio bairro.

Enxurrada de solicitações

A Divisão de Preservação é a que lida com estudos de tombamento, identificação do que é patrimônio histórico e ambiental da cidade, projetos de restauro e manutenção. É um dos trabalhos mais complexos, porque envolve múltiplos interesses e um volume grande de demandas. “Boa parte do nosso trabalho é receber as pessoas. Damos orientação aos interessados em fazer reformas, recebemos pessoas do mercado imobiliário, somos procurados por munícipes que querem fazer denúncias, pedir para proteger uma área, ou o contrário, pedir para não proteger uma área” conta Andréa de Oliveira Tourino, diretora da divisão. “De certa forma, nós somos pressionados por todos os grupos sociais, já que

de um lado há os que querem tomar tudo e no outro há os que não querem tomar nada.”

Mais de 600 mil contribuintes paulistanos estão ligados à Divisão de Preservação do DPH, seja porque seu imóvel foi tombado, ou porque sua propriedade está numa área vizinha a uma edificação tombada – a chamada área envoltória. Apesar da grande quantidade de tombamentos de edifícios históricos, a maior parte desses contribuintes está numa área que foi tombada para preservar o padrão arquitetônico ou a qualidade ambiental de uma região. “Existem bairros inteiros tombados, como Pacaembu, Jardins, Vila Saúde, Sumaré. Qualquer intervenção nesses imóveis tem que passar por aqui”, explica Pires.

Uma enxurrada de dois mil processos com solicitações chega ao DPH todos os meses, sendo que a maioria vem de proprietários que querem fazer pequenos reparos em seus imóveis tombados ou em área envoltória, como uma troca de janela, por exemplo. Casos simples como esse são resolvidos rapidamente e, em cerca de um mês, o proprietário recebe a permissão para aquilo que solicitou. Casos mais complexos são encaminhados ao Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (Conpresp), cujo DPH é o órgão técnico de apoio.

Um dos caminhos escolhidos para agilizar a aprovação desse gigantesco volume de solicitações foi designar parte

Monumento a Carlos Gomes – O Guarany



Foto: Chico Saragioti

Barba Gato



Foto: Chico Saragioti

Monumento ao Duque de Caxias



Foto: Chico Saragioti

Casa da Imagem (Antiga Casa Um)



Foto: Márcia Alves

Beco do Pinto



Foto: Kk Alcovér

Mausoléu ao Soldado Constitucionalista de 1932



Foto: Chico Saragioti



Capela do Morumbi



Fonte Milão - São Paulo

desse trabalho para as subprefeituras. Sendo assim, os funcionários das subprefeituras avaliam se cada um dos quesitos pré-estabelecidos pelo DPH foi cumprido corretamente, como taxa de permeabilidade, gabarito (altura do prédio), distribuição das árvores etc.

O estudo daquilo que deve ou não ser tombado passa pela Divisão de Preservação por meio de incursões dos especialistas pelos bairros da cidade. Uma varredura dos técnicos gera um inventário que aponta os imóveis passíveis de tombamento naquela região, seja pelo seu valor histórico, arquitetônico ou ambiental. “O inventário é um retrato dos valores culturais daquela região e tem que subsidiar uma decisão de valorização e proteção legal. Afinal, o objetivo é impedir que aquilo se perca”, explica Pires. “Vale lembrar também que um estudo feito hoje pela nossa equipe não será definitivo. Nunca é. Um edifício que nós não damos valor hoje pode ser reconhecido daqui 30 anos como importante. Da mesma forma, um grande número de edifícios ecléticos do Centro foram tombados recentemente, sendo

que nos anos 50 e 60, eles não eram vistos como importantes pela maioria dos arquitetos”.

Também pertence à Divisão de Preservação a responsabilidade pela limpeza, conservação e restauro das obras de arte situadas em áreas públicas, como a estátua do Borba Gato, o monumento a Carlos Gomes, o mausoléu ao Soldado Constitucionalista, o Monumento às Bandeiras, a Fonte Milão-São Paulo, entre outras obras. Vale lembrar que existem outras edificações históricas na cidade, que pertencem à Prefeitura, mas que não são administradas pelo DPH, como o Teatro Municipal e o Viaduto do Chá, por exemplo.

Refazendo a imagem

Outra preocupação do DPH é com a imagem polêmica que o departamento cultivou ao longo dos anos. Um processo de desgaste natural diante de tantos anos impondo restrições aos proprietários de imóveis tombados ou em área envoltória.

“Uma parte da sociedade e da mídia enxerga o tombamento como uma punição ao proprietário”, lamenta Pires.

Para contornar essa situação, o DPH está iniciando um trabalho de aproximação com a população, que envolve a distribuição de materiais impressos e a apresentações nas subprefeituras para a conscientização das pessoas. O objetivo é mostrar a importância do patrimônio de maneira que a própria comunidade contribua para sua preservação. “Claro que há uma restrição. Mas o que queremos mostrar é que o mais importante é que existem valores culturais, artísticos, arquitetônicos que estão sendo preservados ali”, comenta Pires.

“Mesmo no tombamento mais restritivo, que é o integral, a gente procura ser bastante flexível. É possível efetuar algumas intervenções, desde que sejam autorizadas”, acrescenta Andréa. “Não temos nenhum interesse em fazer com que o imóvel não tenha uso ou fique abandonado. A gente acredita que só com o uso realmente é possível se preservar”.

Programa de adoção

Uma das importantes ferramentas do DPH para captar mais recursos e envolver a comunidade na preservação do patrimônio é o Programa Adote uma Obra Artística. Trata-se de uma proposta de parceira na qual o DPH convida a iniciativa privada, as instituições e os cidadãos para adotar um monumento municipal durante um determinado período.

Em primeiro lugar, a empresa interessada em participar do programa escolhe a obra que quer assumir a guarda. Ao entrar em contato com o DPH, a empresa é orientada a contratar um escritório de projetos em obras de restauro. Depois que a proposta for aprovada, a empresa passará a custear o trabalho de restauração e a conservação posterior da obra durante um determinado período.

Como contrapartida, além de garantir a preservação do patrimônio da cidade, a empresa tem a possibilidade de divulgar sua adoção na mídia e colocar uma placa no local. Recentemente, o Grupo Votorantim se destacou ao adotar trinta obras simultaneamente como parte da comemoração pelos seus 90 anos de atividade.



O futuro dos museus da cidade: a gestão em rede

Os museus são importantes pontos de atração turística para São Paulo e, administrados em rede, podem atuar como verdadeiros articuladores das políticas culturais

Por Ana Cristina Carvalho (*)

Ao considerar as necessidades contemporâneas de valorização e preservação do patrimônio museológico, pode se pensar em novas formas e práticas de gestão, distintas dos modelos tradicionais, que possam dar conta da resignificação dos museus e de sua importância no campo social e cultural. No seu novo significado, os museus já não são casas de memória que representam o passado, mas espaços vivos que incluem ações mais complexas e voltadas para a comunicação com seus públicos, cuja noção atual é a de que os museus são territórios com diversidade de sedes e importantes instrumentos de reconhecimento do homem na sua identidade.

Alterando significativamente a noção de patrimônio, a visão contemporânea é a de seu reconhecimento como “capital”. A atual noção de patrimônio passa de tesouro intocável à de capital cultural explorável, porém gerido e integrante do capital social, com suas dinâmicas locais.

Sendo o museu o mediador entre o patrimônio artístico-cultural e a sociedade, a ideia de preservar aproxima-se da noção de cultura como valor – na sua dimensão simbólica, emocional e funcional –, uma forma também de melhorar a qualidade de vida da comunidade como um todo. De

seu significado individual passa a ter um sentido e uma dimensão social.

Dentre os vários significados da cultura através dos tempos, que gradualmente foram se distanciando (no sentido de cultura como civilização, civilidade, como vida social ou como crítica ou cultura como arte), o que restou? Ou quais desses sentidos que a sociedade pós-moderna ainda abriga? Será que não sobrou nada da ideia iluminista e progressista de cultura que tinha um sentido humanista e romântico, um sentido de totalidade e desenvolvimento de todas as capacidades humanas?

O museu atual, como mensageiro da cultura, representa a real oportunidade de trabalhar o sentido humanista, estimulada pela cooperação e conectividade das redes.

Desde que se descobriu que cultura é motor de desenvolvimento social e econômico e alavanca de países em desenvolvimento, os governos do mundo todo começaram a dar mais importância à cultura de seus povos e especialmente aos museus, promovendo reflexões, debates e estando mais atentos às diferenças culturais como valor a agregar no processo de desenvolvimento. Desse modo, justifica-se a necessidade de criação de mecanismos como sistemas integrados

Foto: Dayan de Castro

Masp



Fotos: Dayan de Castro

O Museu da Língua Portuguesa

de museus e a criação de redes. Estes se constituem como estruturas de cooperação e de solidariedade, podendo articular mudanças e benefícios para as localidades onde estão inseridos, como também atuam na qualificação de pessoal capaz de entender a nova forma de pensar o museu: como prestador de serviços.

A ideia do trabalho em redes interligadas na área museal surge da profunda transformação social descrita pelo sociólogo Manuel Castells¹, que destaca a necessidade de troca de informação e de conhecimento quase que instantaneamente entre as sociedades, grupos e instituições. Considerando-se que o trabalho de articulação em rede tem como principal função fortalecer as especificidades de cada museu, ele constitui-se em importante meio de preservação e uma reação ao processo de globalização. Seriam os descendentes pós-modernos dos articuladores das políticas culturais. A eficácia e a eficiência das redes dependem muito mais da articulação e da vontade política do que de recursos financeiros, que são uma decorrência da visibilidade dos museus em rede e não uma pré-condição.

Rede potencializa difusão dos acervos

Sob essa perspectiva poderíamos considerar a possibilidade de aplicar redes temáticas e locais que possam se adequar às necessidades e gerar melhores resultados para os museus da cidade de São Paulo. Por exemplo, dentre as muitas possibilidades de ações interligadas em rede, uma delas é potencializar os recursos na área de difusão dos acervos. Embora existam vários museus na cidade de São Paulo cujo acervo isoladamente é suficientemente atraente para uma visita, o conjunto deles é muito mais interessante. O museu pode integrar-se a um roteiro comum de visitação de museus da cidade, que permite ao visitante – seja o residente ou o turista –, identificar antes da visita a cada museu onde estão as obras de seu interesse dentro do acervo total da rede, sem precisar pesquisar cada museu separadamente.

Assim, o visitante poderia organizar melhor sua visita a alguns deles ou a todos eles conforme seu interesse. Além disso, cria-se uma nova dinâmica de trabalho multidisciplinar e um maior acesso à informação. Desse modo, o sistema de rede é um potencializador de ações de integração com o turismo

cultural da cidade, que apresenta uma vantagem com relação a outras cidades brasileiras: não está concentrado no turismo de sol e praia, mas no turismo de negócios, o que possibilita a criação de oferta de produtos para o turismo cultural (no caso, os museus) que pode representar um valor agregado ao turista de negócios e ao turismo de congressos e convenções, sem estar submetido aos ciclos sazonais.

Portanto, o papel das redes de museus é de fundamental importância para a cidade de São Paulo como mecanismo de proteção das identidades culturais locais e de desenvolvimento. Podem os museus, assim, cumprir seus múltiplos papéis, educando, promovendo entretenimento e trazendo benefícios sócio-econômicos para a região onde está situado, seja no centro ou em regiões periféricas, na medida em que as redes geram economia de escala e externalidades recíprocas. Ou seja, quanto maior é o público de um museu, maiores benefícios trazem também para os restaurantes, o público de outros museus da rede, o sistema de transporte e o comércio do entorno.

A importância de ações compartilhadas entre os museus e o turismo cultural da cidade – vale lembrar que os museus são importantes ícones do turismo cultural em São Paulo – agregam valores ao produto turístico, além de reforçar a imagem de cidade da cultura e das artes.

Aumentar conexões e potencializar recursos em um contexto contemporâneo global e desigual é um propósito que não se viabiliza sem a integração dos museus em sistemas de redes, que estimulem deslocamentos de público e entrelaçamento dos mercados para os museus. Estes, hoje, assumem um importante papel no campo social, tornando-se necessário, dentro desse contexto, que seja definida uma nova dinâmica centrada na conectividade, a fim de que se criem novos paradigmas movidos pelo conhecimento, informação e criatividade.

* **Ana Cristina Carvalho** é Doutora e Mestre em Artes Visuais pela USP e economista, com pós-graduação em Gestão Cultural pela Universidade de Barcelona. Atualmente é Curadora do Acervo Artístico Cultural dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo.

¹ Em CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede*. 1999.



O Museu de Arte Moderna - MAM



A Pinacoteca do Estado



O Museu do Ipiranga

O CENTRO É A MARCA DA CIDADE. COLOQUE TAMBÉM A SUA MARCA NO CENTRO.

No mundo inteiro, o centro confere identidade e marca às metrópoles.

Com o apoio de importantes empresas e organizações da sociedade civil, a Associação Viva o Centro vem colaborando com os poderes públicos na recuperação e na requalificação do Centro de São Paulo.

Coloque também a marca de sua organização nessa história de sucesso.

Associe-se à Viva o Centro.



Viva o Centro
São Paulo

Rua Líbero Badaró, 425
4º andar – Centro – São Paulo/SP
CEP 01009-000

Fone: (11) 3556-8999

www.vivaocentro.org.br

Principais Patrocinadores



Companhia Brasileira de Alumínio
Votorantim



Sua Universidade. Sua Carreira.
0800 15 88 22 | www.ung.br



A ARTE DE FAZER UMA TRADIÇÃO



Laureate International Universities
Mundialmente criativa e inovadora



AASP
Associação dos Advogados
de São Paulo



Banco Safra



PINHEIRO NETO ADVOGADOS
MACHADO, MEYER,
SENDACZ E OPICE
ADVOGADOS

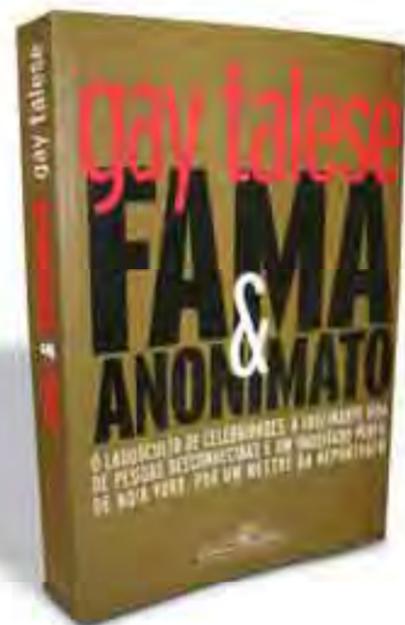


Apoio Operacional



PINHEIRO NETO ADVOGADOS





Uma cidade retratada na vida dos anônimos

FAMA & ANONIMATO

de Gay Talese

Editora: Companhia das Letras, 2004, 538 págs.

Por Adilson Fuzo

Na Nova York dos anos 50 aconteciam menos suicídios nos dias chuvosos do que nos dias de sol. Naquela época, 150 mil pessoas circulavam pela cidade usando olhos de vidro, cerca de 500 médiuns conversavam com os mortos aos domingos e 34 quilômetros de fio dental passavam entre os dentes dos novaiorquinos todos os dias. Foi a partir de dados aparentemente inúteis e desconectados como estes que Gay Talese, então repórter da revista Esquire, fez um dos mais belos perfis da cidade de Nova York no final dos anos 50. Uma obra-prima do jornalismo que foi reeditada no Brasil na coletânea Fama & Anonimato.

O talento natural de Talese para transformar pessoas comuns em personagens incomuns o ajudou a retratar uma metrópole saindo de sua adolescência, vislumbrando a nova configuração do mundo com o aquecimento da Guerra Fria e os adventos da corrida espacial.

Mas apesar do que gritavam as manchetes dos jornais, as pessoas precisavam ganhar a vida, comer, beber, se divertir e, sobretudo, encontrar seu lugar naquela Nova York, que desde aqueles tempos era uma cidade muito dura com

aqueles que ousassem desafiá-la. Essa é a cidade retratada por Talese. Décadas mais tarde, ele descreveu assim sua obra: “Representa a minha visão juvenil de Nova York, dinamizada por uma mistura de admiração e espanto, e me lembra também de quão destrutiva uma cidade pode se tornar, quanto ela promete muito mais do que pode cumprir...”

Assim como fez em todos seus trabalhos ao longo de sua bem-sucedida carreira, Gay Talese preferiu traçar esse perfil de Nova York percorrendo pela contra-mão o caminho que seus colegas jornalistas costumam seguir. Em vez de perseguir o manjado furo-jornalístico (que desde os tempos de Guttemberg é visto como o Eldorado dos repórteres), ele preferiu mostrar aquilo que as pessoas viam todos os dias, mas na verdade não enxergavam.

Um exemplo disso é como ele apresenta os diversos grupos de porteiros que trabalhavam na cidade: os de apartamentos, os de hotéis, os de restaurantes e teatros, os de boates, os porteiros aliciadores e os porteiros sem portaria. Com muita conversa e paciência, Talese vai desvendando detalhes inesperados e saborosos da vida desses

anônimos, como por exemplo, que as mais gordas gorjetas recebidas pelos porteiros não vem dos hóspedes bem vestidos, mas sim daqueles que têm malas com couro de melhor qualidade.

Por outro lado, a sagacidade do autor dá luz sobre aquilo que nunca esperaríamos encontrar, como uma descrição da sociedade dos gatos de rua de Nova York, seus costumes, seus grupos (gatos selvagens, gatos boêmios e gatos de mercearia), sua hierarquia e sua breve existência terrena. Gatos de rua viviam apenas dois anos em média nos anos 50, sendo que a própria Associação Americana de Prevenção à Crueldade contra Animais matava cerca de 100 mil deles por ano.

Fama & Anonimato está longe de ser um mero livro de curiosidades. A Nova York dos anos 50 serve como fio condutor para montar um gigantesco mosaico de histórias e personagens que formam o retrato de um povo em sua época. Mais do que isso, com a sutileza que lhe é peculiar, Talese revela os pensamentos do novaiorquino e a lógica por trás de suas atitudes em sua luta diária para sobreviver.

O que mais impressiona é que esta é apenas uma fração do que pode ser encontrado no primeiro capítulo da primeira parte de Fama & Anonimato. Os quatro capítulos iniciais deste bloco eram matérias da revista Esquire que depois foram transformadas no livro “New York – A serendipiter’s journey” (Nova York: A jornada de um serendipitose), publicado nos EUA em 1961.

A segunda parte de Fama & Anonimato também está intimamente ligada à Nova York. Desta vez, Talese concentrou sua reportagem na construção da ponte Verrazano-Narrows, que liga o Brooklyn a Staten Island. A apuração, que envolveu quatro anos de trabalho, foi feita no dia-a-dia dos trabalhadores que ergueram aquele monstruoso gigante de metal e concreto. Para conseguir dezenas de histórias impressionantes, Talese não só visitava os operários em seus barracões, como também experimentou ficar ao lado deles pendurado nos andaimes da obra, a centenas de metros de altura. Como resultado de todo esse esforço de apuração,

a história se transformou em outro livro: “The bridge” (A ponte), publicado nos EUA em 1964.

Fama & Anonimato conta ainda com uma terceira parte que não deve nada em qualidade para as duas primeiras. Trata-se de uma coletânea de reportagens com personagens bastante conhecidos dos americanos, como o herói do beisebol Joe DiMaggio, o boxeador Floyd Patterson, o ator inglês Peter O’Toole e o escritor George Plimpton. Porém todos os holofotes acabam se virando para o antológico perfil que Talese escreveu sobre Frank Sinatra.

Durante sua apuração para escrever sobre o lendário cantor, que passava por dias difíceis, Talese foi impedido de se aproximar dele. Qualquer outro repórter teria desistido e voltado à redação do jornal para se explicar para seu chefe. Porém, Talese decidiu que contornaria seu problema abordando a história de Sinatra por outro ângulo de visão: das pessoas que trabalhavam para ele e dependiam dele. Assim nasceu “Frank Sinatra Has a Cold” (Frank Sinatra está resfriado), uma das melhores reportagens já publicadas.

As histórias que Gay Talese publicou ao longo de toda sua carreira são contadas de maneira tão surpreendente que alguns críticos já suspeitaram que ele distorcia os fatos para conseguir mais dramaticidade em sua narrativa. Essa é uma acusação muito grave para se fazer a um jornalista, porque um acontecimento fictício descrito em uma reportagem nada mais é do que uma mentira. Mas Talese nunca se deixou atingir por isso. Revistas como a New Yorker e Esquire, onde ele costumava publicar, mantêm equipes especializadas nesse tipo de verificação e nunca foi encontrado nenhum indício de que ele tenha faltado com a verdade nos seus trabalhos.

Trata-se de um talento absolutamente incomum tanto na apuração de suas histórias como na redação de suas saborosas narrativas. O povo novaiorquino retratado em Fama & Anonimato deve se sair muito bem no papel de cupido para aqueles que quiserem conhecer e se apaixonar por Gay Talese.

A capital e as cidades do interior paulista

As obras destacadas mostram as mudanças pelas quais a capital passou nos anos 20 e 30 e a evolução das cidades do interior paulista. Há, ainda, a análise da trajetória de grandes arquitetos, por Rafael Moneo. Confira.



MODERNIZAÇÃO URBANA NA BELLE ÉPOQUE PAULISTA

Fransérgio Follis

Editora UNESP

Em *Modernização Urbana na Belle Époque Paulista*, Fransérgio Follis analisa o processo de modernização urbanística vivido pela cidade de Franca, no interior paulista, entre os anos 1890 e 1940 e as consequências sociais resultantes desse processo.

O livro aborda as consequências das transformações urbanísticas na vida da população local e a influência que a adoção dos pressupostos ideológicos de Haussmann teve sobre esse processo. O autor investiga a atuação do Poder

Público municipal e mostra quais as áreas da cidade e setores da sociedade foram beneficiados pelos melhoramentos urbanos.

A obra revela ainda que, para viabilizar a reforma da cidade, os administradores municipais aumentaram a arrecadação pública, por meio de novos impostos e pela colaboração dos membros da classe dominante, tanto na forma de empréstimos como no que se refere à participação do capital privado em obras consideradas de grande importância na configuração de uma paisagem urbana moderna. O autor é mestre em História pela UNESP/Franca e, atualmente, faz doutorado em Sociologia na UNESP/Araraquara.



AURÉLIO BECHERINI

Textos de Rubens Fernandes Jr., Ângela C. Garcia, José de Souza Martins

Cosac Naify

Em comemoração aos 455 anos de São Paulo, a Cosac Naify lança o livro que reúne cerca de 200 imagens de Aurélio Becherini, considerado por muitos como o “melhor cronista visual da cidade”. Nascido na Itália, Becherini chegou ao Brasil no começo do século passado e registrou as mudanças pelas quais a capital paulistana passou nos anos 20 e 30, como ampliação de ruas, demolições e crescente urbanização.

As imagens estão acompanhadas por textos de Rubens Fernandes Junior, da pesquisadora Ângela C. Garcia e de José de Souza Martins.

INQUIETAÇÃO TEÓRICA E ESTRATÉGIA PROJETUAL

Rafael Moneo

Tradução: Flávio Coddou

Cosac Naify

Rafael Moneo, arquiteto, professor e ensaísta reúne nesse livro reflexões críticas a respeito da obra de oito arquitetos protagonistas do cenário internacional: James Stirling, Venturi & Scott Brown, Aldo Rossi, Peter Eisenman, Álvaro Siza, Frank O. Gehry, Rem Koolhaas e Herzog & De Meuron.

Em linguagem coloquial e direta, Moneo aborda projetos destes arquitetos em profundidade. Originados de conferências que Moneo proferiu na Universidade de Harvard, os capítulos se completam com ampla seleção de fotografias das obras, maquetes e desenhos.

DESENHO DE PAISAGEM URBANA: AS CIDADES DO INTERIOR PAULISTA

Paula da Cruz Landim

Editora UNESP

Aqui, Paula da Cruz Landim mostra como os fatores social, cultural e econômico são refletidos na organização do espaço urbano. O livro sugere que a expansão da produção cafeeira no início do século XX, o consequente incremento da rede ferroviária e, posteriormente, o ciclo rodoviário imprimiram às cidades um padrão de urbanização bastante similar, associado a um modelo de ocupação do território paulista centrado na criação de cidades de fronteira.

Paula analisa as cidades de Bauru, Piracicaba, Rio Claro e São Carlos.

A CIDADE E OS JARDINS: JARDIM AMÉRICA, DE PROJETO URBANO A MONUMENTO PATRIMONIAL (1915-1986)

Zuleide Casagrande de Paula

Editora UNESP

Esta obra é uma pesquisa sobre a história de um dos bairros mais conhecidos de São Paulo: o Jardim América. O projeto do Jardim América foi desenvolvido pelos ingleses da Companhia City. Eles estavam baseados no conceito de “Cidades-Jardins”, inspiradas na arquitetura inglesa, agregando o bucólico e o urbano em um mesmo espaço.

Neste livro, a autora propõe discussões acerca da sociedade daquele momento e de outros planejamentos urbanos que modificaram os hábitos dos paulistanos, como a construção do Viaduto do Chá e a inauguração do Parque Siqueira Campos, na Av. Paulista.



Viva o Centro
São Paulo

A história do Centro é feita de grandes nomes. Escreva seu nome aqui também.

ASSOCIAÇÃO VIVA O CENTRO

Rua Líbero Badaró, 425 - 4º andar - Centro - São Paulo - SP CEP 01009-000 - Fone 3556-8999 - Fax 3556-8980 - e-mail: avc@vivaocentro.org.br - www.vivaocentro.org.br
A Associação Viva o Centro é reconhecida como Entidade de Utilidade Pública pelos governos Federal (DOU 10/03/2000), Estadual (São Paulo-Decreto 44.256/99) e Municipal (São Paulo-Decreto 37.747/98), e como Entidade Ambientalista, Entidade Promotora de Direitos Humanos e Instituição Cultural, pelo Governo do Estado de São Paulo Decreto 46.655/02, e tem suas contas auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.

ASSOCIADOS

Administração e Representação Telles • Agromont Administração de Bens e Participações • Agropecuária Juruá • Associação Brasileira de Bancos Internacionais – ABBI • Associação Brasileira de Designers de Interiores – ABDI • Associação Brasileira de Empresas de Serviços Especiais de Engenharia • Associação Brasileira de Gastronomia, Hospitalidade e Turismo - ABRESI • Associação Brasileira de Pedestres – ABRASPE • Associação Brasileira dos Fotógrafos de Publicidade – ABRAFOTO • Associação Comercial de São Paulo – ACSP • Associação Cristã de Moços de São Paulo – ACM/CENTRO • Associação das Empresas Distribuidoras de Valores – ADEVAL • Associação de Comerciantes, Empresários e Liberais do Centro de São Paulo – ACELCESP • Associação dos Advogados de São Paulo – AASP • Associação dos Bancos no Estado de São Paulo – ASSOESP • Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil – ADVB • Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo • Associação dos Lojistas da Florêncio de Abreu – ALFA • Associação dos Oficiais de Justiça do Estado de São Paulo – AOJESP • Associação Nacional das Corretoras de Valores, Câmbio e Mercadorias – ANCOR • Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento – ACREFI • Associação Paulista do Ministério Público – APMP • Bairro Vivo – Agência de Preservação Urbana • Banco Itaú • Banco Nossa Caixa • Banco Real • Banco Safra • Banco Santander • Bar Brahma • Biblioteca Mário de Andrade • BM&F Bovespa • Bronzeri & Marinho Desenvolvimento Econômico • Caixa de Assistência dos Advogados de São Paulo – CAASP • Câmara Interbancária de Pagamentos – CIP • Cartório Medeiros • Casa da Bóia • Casas Bahia • Celso Figueiredo Filho • Centro Acadêmico “XI de Agosto” • Centro de Estudos das Sociedades de Advogados - CESA • Centro Universitário Belas Artes • Centro Vivo Revitalização de Imóveis • Cia Brasileira de Alumínio - CBA • Cia Central de Importação e Exportação – CONCENTRAL • Cia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ • Cia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM • Círculo Italiano – San Paolo • Colégio de São Bento de São Paulo • Condomínio Edifi-

cio Mercantil Finasa • Congregação Israelita de São Paulo/Templo Beth-El • Construtora Miguel Curi • Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo • Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo – EEMPLASA • Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo – EMTU • Escola Estadual de São Paulo • Escritório Fralino Sica • Estapar Estacionamentos • Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo • Federação Brasileira das Associações de Bancos – FEBRABAN • Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP • Federação de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares do Estado de São Paulo – FHORESP • Federação do Comércio do Estado de São Paulo – FECOMÉRCIO • Federação Interestadual das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento – FENACREFI • Fundação Escola de Comércio “Álvares Penteado” - FECAP • Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo – FESPSP • Granadeiro Guimarães Advogados • Grupo Lund de Editoras Associadas • Igreja do Beato Anchieta • Inspetoria Salesiana de São Paulo • Instituto dos Advogados de São Paulo – IASP • Instituto de Arquitetos do Brasil - IAB/SP • Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo – IHGSP • Instituto Paulista de Ensino e Pesquisa - IPEP • International Police Association – IPA • Ituana Agropecuária • José Eduardo Loureiro • José Rodolpho Perazzolo • Klabin • Lencioni Advogados Associados • Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo - LAO • Logos Engenharia • Machado, Meyer, Sendacz e Ópice – Advogados • Messina, Martins e Lencioni Advogados Associados • Mosteiro de São Bento de São Paulo • Museu da Cidade de São Paulo • Museu Pe. Anchieta • Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/SP • Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Santa Ifigênia • Paróquia Nossa Senhora da Consolação • Pellegrino e Associados Engenharia • Pinheiro Neto – Advogados • Pioneer Corretora de Câmbio • Polícia Civil do Estado de São Paulo - DEATUR • Polícia Militar do Estado de São Paulo - 7o BPM-M • PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes • Rotary Club de São Paulo – República • São Paulo Convention & Visitors Bureau- SPC&VB • Savoy Imobiliária e Construtora • Secretaria de Estado da Educação • Secretaria de Estado da Justiça e Defesa da Cidadania • Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos • Serviço Social do Comércio - SESC CARMO • Sindicato das Sociedades de Advogados dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro • Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de São Paulo – SINHORES • Sindicato dos Empregados em Edifícios de São Paulo – SINDIFÍCIOS • Sindicato dos Comerciantes de São Paulo • Sindicato dos Bancários e Financeiros de SP, Osasco e Região • Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo – APEOESP • Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva – SINAENCO • Sonia Marques Dobler – Advogados • Superintendência do Trabalho Artesanal nas Comunidades de São Paulo – SUTACO • Theatro Municipal de São Paulo • Terraço Itália Restaurante • TozziniFreire Advogados • Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo • Trides Cia. Imobiliária Administradora • Uniesp • Universidade Anhembi Morumbi • Universidade de Guarulhos – UNG.

CONSELHO DIRETOR 2007/2009

Presidente

Henrique de Campos Meirelles

Vice-Presidentes

Milton Luiz de Melo Santos

Banco Nossa Caixa S.A.

Ricardo Terenzi Neuenschwander

Banco Itaú S.A.

Roberto Mateus Ordine

Associação Comercial de São Paulo – ACSP

Secretário

Luís Eduardo Ramos Lisbôa

Associação Brasileira de Bancos Internacionais – ABBI

Tesoureiro

José David Martins Jr.

BM&F Bovespa

Conselheiros sem designação específica (em ordem alfabética)

Abram Abe Szajman – Federação do comércio do Estado de São Paulo – FECOMÉRCIO • Agostinho Turbiano – Federação Nacional das Associações dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil – FENADVB • Alberto Gosson Jorge Jr. – Associação dos Advogados de São Paulo – AASP • Alencar Burti – Associação Comercial de São Paulo – ACSP • Alencar Costa – Federação de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de São Paulo – FHORESP • Antonio Jacinto Matias – Banco Itaú S.A. • Arnaldo Antonio Martino – Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/SP • Arnaldo Borgia – Serasa • Carlos Alberto Contieri, Sj – Museu Padre Anchieta • Celso Cintra Mori – Pinheiro Neto Advogados • Celso Figueiredo Filho – Grupo Figueiredo • Clemência Beatriz Wolthers • Clodomiro Vergueiro Porto Filho – Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/SP • Danilo Santos de Miranda – Serviço Social do Comércio – SESC • Domingos Fernando Refinetti – Machado, Meyer, Sendacz e Ópice Advogados – MMSO • Érico Sodré Quirino Ferreira – Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento • ACREFI • Gabriel Mário Rodrigues – Universidade Anhembi Morumbi • Guilherme Afif

Domingos • João Baptista de Oliveira – Associação Paulista de Imprensa – API e Sociedade Amigos da Cidade • João Grandino Rodas – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo • José Geraldo Barreto Fonseca – Tribunal de Justiça de São Paulo • Manoel Félix Cintra Neto – Bolsa de Mercadorias e Futuros – BM&F • Manoel Francisco Pires da Costa – Fundação Bial de São Paulo • Márcio Kayatt – Associação dos Advogados de São Paulo – AASP • Matthias Tolentino Braga, Dom – Mosteiro de São Bento de São Paulo • Maurício Granadeiro Guimarães – Granadeiro Guimarães Advogados • Miguel Alberto Ignatios – Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil – ADVB • Miguel Sampol Pou – Klabin • Nelly Martins Ferreira Candeias – Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo – IHGSP • Nelson de Abreu Pinto – Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de São Paulo – SINHORES • Ney Castro Alves – Associação das Empresas Distribuidoras de Valores – ADEVAL • Orlando de Souza – São Paulo Convention & Visitors Bureau – SPCVB • Paulo Antonio Gomes Cardim – Centro Universitário Belas Artes • Paulo Ney Fraga de Sales • Raymundo Magliano Filho – Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA • Ricardo Patah – Sindicato dos Comerciantes de São Paulo • Sônia Maria Gianinni Marques Dobler – Sônia Marques Dobler – Advogados • Waldemiro Antonio dos Santos – Federação do Comércio do Estado de São Paulo – FECOMÉRCIO

CONSELHO FISCAL

José Heleno Mariano – Sindicato dos Contabilistas de São Paulo
José Joaquim Boarin – Sindicato dos Empregados em Edifícios de São Paulo – Sindifícios
José Maria Giaretta Camargo – Sindicato dos Contabilistas de São Paulo

ADMINISTRAÇÃO

Superintendente Geral: Marco Antonio Ramos de Almeida
Consultor: Jorge da Cunha Lima
Assessor Executivo: Antonio José Ayres Guidetti Zagatto

Coordenadores de Área

Administrativa e Financeira – Cristina Café Fernandes
Apoio às Ações Locais – Teresinha Santana
Apoio Técnico – Tatiane S. Santa Rosa
Editoração e Imprensa – Ana Maria Ciccacio

Principais Patrocinadores



PINHEIRO NETO ADVOGADOS



Apoio Operacional



PINHEIRO NETO ADVOGADOS





**PARA ENTENDER
O MERCADO
FINANCEIRO,
VOCÊ NEM PRECISA
COLOCAR A MÃO
NO BOLSO:
BASTA COLOCAR
NO MOUSE.
INVISTA NO SIMULADOR
BM&FBOVESPA.**

VOCÊ NÃO PRECISA INVESTIR SEU DINHEIRO PARA APRENDER A OPERAR NO MERCADO. O simulador BM&FBOVESPA é uma excelente ferramenta para você entender o mercado de derivativos (opções) através de sua comodidade. Não, você não precisa comprar ações de BOVESPA, Dólar, Di, Bof Gordo, Cofre Avulso, Milibei e Soft com um ordem física e colocar em um trade, aprenda tudo sobre o mercado sem precisar investir. E os investimentos com melhor rentabilidade de cada quadrimestre e do ano ganham o prêmio de excelência na área de Educação e Prêmios como Índice Novobank e Assinaturas do Jornal Valor Econômico. Invista e se atualize gratuitamente e faça sua inscrição no simulador.bmf.com.br

BM&FBOVESPA

A Nova Bolsa

